

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA CENTRO SERRANA - NATER COOP
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
BALANÇOS PATRIMONIAIS

ATIVO	NE	2025	2024
CIRCULANTE		914.264.455,35	780.010.387,40
Caixa e Equivalentes de Caixa	05.1	157.228.958,73	64.866.903,58
Caixa		1.680.543,81	1.235.163,19
Bancos Conta Movimento		29.212.289,47	30.071.168,47
Aplicações Liquidez Imediata		126.336.125,45	33.560.571,92
Créditos a Realizar		308.610.296,95	517.657.555,64
Títulos a Receber	05.2	262.462.092,27	345.610.302,80
(-) Perdas Estimadas p/ Créditos Liq. Duvidosa	05.2	-1.512.967,04	-1.409.274,63
(-) Ajuste a Valor Presente	05.2	-2.936.315,29	-3.228.512,47
Adiantamentos a Fornecedores		38.459,46	485.230,74
Impostos a Recuperar	05.3	18.554.807,23	19.504.940,49
Compras e vendas para Recebimento Futuro		12.324.722,49	19.826.146,83
Outros Créditos		3.241.376,52	4.631.983,02
Ajustes em Operação de Hedge	04.26	6.957.539,12	132.236.738,86
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	04.27	9.480.582,19	0,00
Estoques	05.4	440.962.415,44	194.950.253,97
Despesas Antecipadas		5.814.740,98	2.316.507,07
Bens Destinados à Venda	05.8	1.648.043,25	219.167,14
NÃO CIRCULANTE		225.650.935,99	237.726.797,78
Realizável de Longo Prazo		73.520.996,91	80.365.966,70
Títulos a Receber	05.2	10.278.711,21	16.824.501,30
(-) Ajuste a Valor Presente	05.2	-459.346,52	-686.859,03
Aplicações de Prazo Fixo		2.825.660,84	5.666.402,40
Impostos a Recuperar	05.3	55.501.474,34	52.602.263,57
Tributos Diferidos		3.010.555,09	3.847.482,47
Depósitos Judiciais		37.840,08	36.260,63
Outros créditos		46.624,28	57.295,28
Despesas Antecipadas		2.279.477,59	2.018.620,08
Investimentos	05.5	6.384.809,36	3.286.506,94
Imobilizado	05.6	144.083.247,75	151.813.382,20
Intangível	05.7	1.661.881,97	2.260.941,94
TOTAL DO ATIVO		1.139.915.391,34	1.017.737.185,18

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Santa Maria de Jetibá/ES, 31 de dezembro de 2025.

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA CENTRO SERRANA - NATER COOP
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
BALANÇOS PATRIMONIAIS

PASSIVO	NE	2025	2024
CIRCULANTE		806.509.659,47	769.535.270,82
Empréstimos e Financiamentos	05.10	276.636.441,43	293.184.345,98
Obrigações com Associados	05.9	295.339.310,36	201.955.655,94
Fornecedores		122.216.002,83	129.736.914,50
Salários e Encargos Sociais		6.063.186,94	6.187.189,50
Impostos e Taxas a Recolher		1.823.368,18	1.386.193,06
Férias e Encargos a Pagar		13.251.381,30	10.537.172,84
Adiantamentos de Clientes		1.582.525,37	1.562.125,54
Provisões Comerciais		7.236.702,05	1.581.832,66
Outras Contas a Pagar		3.010.909,01	843.162,09
Venda Entrega Futura		11.578.481,34	16.777.995,24
Empréstimos Comércio Exterior	05.15	60.202.423,47	26.271.269,08
Arrendamento Mercantil	05.6	7.568.927,19	6.949.943,59
Obrigações vinculadas à antecipação de recebíveis	05.16	0,00	72.561.470,80
NÃO CIRCULANTE		207.724.332,82	130.718.309,44
Empréstimos e Financiamentos	05.10	173.805.574,42	98.178.768,16
Obrigações com Associados	05.9	845.979,97	1.044.775,45
Provisão para Contingências	05.11	14.725.618,89	12.922.977,52
Provisão IR e CS sobre A.A.P	04.14	2.255.965,20	2.952.551,13
Outras Contas a Pagar		0,00	164.500,00
Arrendamento Mercantil	05.6	16.091.194,34	15.454.737,18
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		125.681.399,05	117.483.604,92
Capital Social	06.2	39.816.569,11	35.151.370,63
Capital Subscrito		39.895.753,97	35.243.381,46
(-) Capital a Integralizar		-79.184,86	-92.010,83
Fundos Legais e Estatutárias		69.073.638,62	48.969.496,37
Fundo de Reserva	06.1.1	31.464.294,15	28.660.132,42
FATES	06.1.2	3.729.725,70	3.066.091,11
Reserva de Incentivos Fiscais	06.1.5	8.747.000,96	8.747.000,96
Fundo de Desenvolvimento	06.1.3	25.132.617,82	8.496.271,88
Ajuste de Avaliação Patrimonial	04.7/ 04.18	16.791.191,32	33.362.737,92
TOTAL DO PASSIVO		1.139.915.391,34	1.017.737.185,18

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Santa Maria de Jetibá/ES, 31 de dezembro de 2025.

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA CENTRO SERRANA - NATER COOP
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
DEMONSTRAÇÕES DAS SOBRAS OU PERDAS DOS EXERCÍCIOS

	NE	COOPERADOS	NÃO COOPERADOS	2025 TOTAL	2024 TOTAL
INGRESSOS/RECEITAS OPERAC. BRUTAS		1.462.565.888,13	794.696.569,35	2.257.262.457,48	2.529.790.024,92
Ração		123.850.919,08	23.925.938,88	147.776.857,96	134.988.231,82
Mercadorias		435.281.169,64	270.868.945,04	706.150.114,68	618.878.762,20
Produtos agrícolas		613.905.067,96	368.966.848,97	982.871.916,93	1.384.965.580,27
Aves Recria		12.600.791,04	13.078,82	12.613.869,86	12.065.146,55
Ovos		63.760.965,62	3.140.400,35	66.901.365,97	65.928.725,85
Lacteos		204.659.260,47	14.348.602,07	219.007.862,54	219.760.320,26
Bovinos		76.464,01	3.441,42	79.905,43	2.756.099,47
Posto Combustível		5.188.511,12	75.942.849,80	81.131.360,92	62.878.501,33
Supermercado		1.203.552,69	34.656.058,90	35.859.611,59	24.674.913,59
Serviços prestados		2.039.186,50	2.830.405,10	4.869.591,60	2.893.743,58
(-) IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES		-55.743.312,29	-24.807.843,46	-80.551.155,75	-86.882.392,83
INGRESSOS/RECEITAS OPERAC. LÍQUIDAS		1.406.822.575,84	769.888.725,89	2.176.711.301,73	2.442.907.632,09
(-) DISPÊNDIOS/CUSTOS PROD. E MERC.		-1.182.591.582,30	-648.176.469,79	-1.830.768.052,09	-2.169.329.218,86
Ração		-99.154.450,60	-16.327.262,81	-115.481.713,41	-108.036.647,01
Mercadorias		-343.803.057,39	-212.924.070,14	-556.727.127,53	-484.753.715,53
Produtos agrícolas		-515.516.068,17	-320.395.286,50	-835.911.354,67	-1.261.224.300,03
Aves Recria		-9.670.074,13	-11.442,63	-9.681.516,76	-10.224.633,30
Ovos		-53.985.480,88	-2.858.295,91	-56.843.776,79	-57.710.445,13
Lacteos		-151.511.339,73	-9.490.877,64	-161.002.217,37	-169.851.183,88
Bovinos		-2.006.300,56	-64.965,24	-2.071.265,80	-7.109.701,88
Posto Combustível		-5.613.064,29	-62.481.435,07	-68.094.499,36	-52.955.034,91
Supermercado		-1.331.746,55	-23.622.833,85	-24.954.580,40	-17.463.557,19
SOBRA E LUCRO BRUTO		224.230.993,54	121.712.256,10	345.943.249,64	273.578.413,23
DISPÊNDIOS/DESPESAS OPERACIONAIS	05.17	-169.960.007,05	-111.355.790,49	-281.315.797,54	-237.244.629,29
Com vendas		-142.078.967,20	-94.290.978,67	-236.369.945,87	-193.513.190,69
Administrativas		-24.204.801,53	-15.052.977,15	-39.257.778,68	-39.136.684,45
Tributárias		-3.676.238,32	-2.011.834,67	-5.688.072,99	-4.594.754,15
OUTROS INGRESSOS/RECEITAS E DISPÊNDIOS/DESPESA	05.18	8.060.513,19	5.401.069,24	13.461.582,43	40.315.248,01
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO FINANCEIRO		62.331.499,68	15.757.534,85	78.089.034,53	76.649.031,95
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	05.12	-31.042.180,75	-14.939.009,82	-45.981.190,57	-82.621.993,19
Dispêndios/Despesas financeiras da Operação		-22.283.660,99	-12.194.813,80	-34.478.474,79	-65.738.093,32
Ingressos/Receitas financeiras da Operação		29.256.912,23	17.428.803,00	46.685.715,23	33.425.895,01
Juros e encargos financeiros não operacional		-38.015.431,99	-20.804.082,19	-58.819.514,18	-50.322.821,29
Rendimentos de Aplicações Financeiras		0,00	6.169.171,28	6.169.171,28	2.259.268,03
(-) Custo da Aplicação Financeira		0,00	-5.538.088,11	-5.538.088,11	-2.246.241,62
RESULTADO ANTES DO IRPJ E DA CSLL		31.289.318,93	818.525,03	32.107.843,96	-5.972.961,24
Imposto de Renda	05.13	0,00	-1.995.592,89	-1.995.592,89	2.829.031,23
Contribuição Social	05.13	0,00	-735.656,13	-735.656,13	1.018.451,24
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		31.289.318,93	-1.912.723,99	29.376.594,94	-2.125.478,77
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE					
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		31.289.318,93	-1.912.723,99	29.376.594,94	-2.125.478,77
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		458.460,63	250.894,24	709.354,87	209.202,03
Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial	04.18	458.460,63	250.894,24	709.354,87	209.202,03
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO		31.747.779,56	-1.661.829,75	30.085.949,81	-1.916.276,74
DEMONSTRAÇÃO DAS DESTINAÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS					
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO		31.747.779,56	-1.661.829,75	30.085.949,81	-1.916.276,74
Realização do Fundo de Reserva	04.23	524.912,31	0,00	524.912,31	1.141.916,29
Realização Fundo de Desenvolvimento	04.23	0,00	0,00	0,00	1.756.608,88
Realização do Fates	04.15	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	3.636.696,54
RESULTADO A DESTINAR:		33.272.691,87	-1.661.829,75	31.610.862,12	4.618.944,97
(+) Prejuízo coberto com fundo de reservas cfe. Art. 73 do E	04.13		1.661.829,75	1.661.829,75	3.472.254,08
(-) Fundo de Reserva - 15%	06.1.1	-4.990.903,78	0,00	-4.990.903,78	-1.213.679,86
(-) FATES Estatutário - 5%	06.1.2	-1.663.634,59	0,00	-1.663.634,59	-404.559,95
(-) Capitalização 15% das Sobras	06.1.4	-4.990.903,78	0,00	-4.990.903,78	-1.213.679,86
(-) Distribuição 15% das Sobras	06.1.4	-4.990.903,78	0,00	-4.990.903,78	-1.213.679,86
(-) Fundo de Desenvolvimento - 50 %	06.1.3	-16.636.345,94	0,00	-16.636.345,94	-4.045.599,52
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO		0,00	0,00	0,00	0,00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Santa Maria de Jetibá/ES, 31 de dezembro de 2025.

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA CENTRO SERRANA - NATER COOP
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital Social	Fundos Legais e Estatutárias		Reserva de Incentivos Fiscais	Fundo de Desenvolvimento	Ajuste Avaliação Patrimonial	Sobras Disposição AGO	Total
		Fundo de Reserva	FATES					
Saldo em 31.12.2023	33.186.879,66	32.060.622,93	6.298.227,70	8.747.000,96	6.207.281,24	17.055.741,68	0,00	103.555.754,17
Eventos do Exercício:								
Sobras 2022 não Retiradas - Art. 72 parag. 1º e 2º	1.088.615,30							1.088.615,30
Integralização de Capital	235.727,66							235.727,66
Devolução de Capital - Provisão a restituir	-573.531,85							-573.531,85
Ajuste IR e CS s/ Avaliação Patrimonial						-684.868,78		-684.868,78
Ajustes em Operações de Hedge						17.201.067,05		17.201.067,05
Resultado e Destinações:								
Resultado do Exercício							-2.125.478,77	-2.125.478,77
Outros Resultados Abrangentes (NE 04.19)						-209.202,03	209.202,03	0,00
Realização de Fundos e Reservas (NE 04.16)		-1.141.916,29	-3.636.696,54		-1.756.608,88		6.535.221,71	0,00
Destinações Legais e Estatutárias (NE 06.1)	1.213.679,86	-2.258.574,22	404.559,95		4.045.599,52		-3.405.265,11	0,00
Distribuição de 50% das Sobras - Art. 72 Est. Social							-1.213.679,86	-1.213.679,86
Saldo em 31.12.2024	35.151.370,63	28.660.132,42	3.066.091,11	8.747.000,96	8.496.271,88	33.362.737,92	0,00	117.483.604,92
Eventos do Exercício:								
Integralização de Capital	R\$ 151.083,30							151.083,30
Devolução de Capital - Provisão a restituir	-R\$ 476.788,60							-476.788,60
Ajuste IR e CS s/ Avaliação Patrimonial						696.585,93		696.585,93
Ajustes em Operações de Hedge						-16.558.777,66		-16.558.777,66
Resultado e Destinações:								
Resultado do Exercício							29.376.594,94	29.376.594,94
Outros Resultados Abrangentes (NE 04.18)						-709.354,87	709.354,87	0,00
Realização de Fundos e Reservas (NE 04.15 e 04.23)		-524.912,31	-1.000.000,00				1.524.912,31	0,00
Destinações Legais e Estatutárias (NE 06.1)	4.990.903,78	3.329.074,03	1.663.634,59		16.636.345,94		-26.619.958,34	0,00
Distribuição de 50% das Sobras - Art. 72 Est. Social							-4.990.903,78	-4.990.903,78
Saldo em 31.12.2025	39.816.569,11	31.464.294,15	3.729.725,70	8.747.000,96	25.132.617,82	16.791.191,32	0,00	125.681.399,05

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Santa Maria de Jetibá/ES, 31 de dezembro de 2025.

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA CENTRO SERRANA - NATER COOP
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

MÉTODO INDIRETO	2025	2024
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Resultado Líquido do Exercício	29.376.594,94	-2.125.478,77
Ajustes ao Resultado Líquido	27.545.473,19	9.378.463,70
Depreciação	20.052.427,97	17.182.072,08
Amortização intangível	813.087,31	859.030,65
Constituição/Reversão Perdas Estimadas Créditos Liq. Duvidosa	103.692,41	832.613,69
Constituição/Reversão Provisões Comerciais e Contingências	7.457.510,76	-2.843.723,83
Imposto de renda e contribuição social - Diferidos	836.927,38	-3.847.482,47
Resultado de Participações Societárias Capitalizado	-885.587,11	-764.757,99
Resultado da Baixa de Intangíveis	5.229,53	222,97
Resultado da Alienação do Ativo Imobilizado	-837.815,06	-2.039.511,40
Resultado Líquido do Exercício Ajustado	56.922.068,13	7.252.984,93
Ajustes Variações das Contas de Ativo e Passivo Operacional		
Títulos a Receber de Cooperados e Clientes	89.174.290,93	-98.364.028,37
Adiantamentos a Fornecedores	446.771,28	912.613,91
Impostos a Recuperar	-1.949.077,51	-26.082.969,98
Estoques	-246.012.161,47	-22.055.233,27
Despesas Antecipadas	-3.759.091,42	847.634,03
Demais Contas do Ativo Operacional	110.981.703,84	-124.526.155,26
Fornecedores	-7.520.911,67	5.744.020,83
Obrigações com Associados	88.193.955,16	74.809.536,48
Salários e Encargos Sociais	-124.002,56	1.380.135,15
Impostos e Taxas a Recolher	437.175,12	-770.758,21
Provisões e Encargos	2.714.208,46	1.507.125,00
Adiantamentos de Clientes	20.399,83	-11.926,91
Venda Entrega Futura	-5.199.513,90	7.109.024,07
Parcelamento Tributos Estaduais - Federais	0,00	0,00
Demais Contas do Passivo Operacional	-7.066.699,77	-6.539.211,65
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	77.259.114,45	-178.787.209,25
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		
Recebimento da Venda do Imobilizado	1.909.765,70	8.439.993,62
Investimentos	0,00	-37.815,07
Aquisição de Intangível	-219.256,87	-773.272,15
Pagamento pela Compra de Bem para Imobilizado	-6.710.448,13	-24.488.693,22
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	-5.019.939,30	-16.859.786,82
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
Transações de Empréstimos e Financiamentos	59.078.901,71	103.259.031,03
Aumento/Redução Empréstimos Comércio Exterior	33.931.154,39	15.484.847,35
Aumento/Redução de antecipação de recebíveis	-72.561.470,80	72.561.470,80
Integralizações de Capital	151.083,30	235.727,66
Devoluções de Capital	-476.788,60	-573.531,85
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Financiamentos	20.122.880,00	190.967.544,99
Aumento/Redução Líquido ao Caixa e Equivalentes de Caixa	92.362.055,15	-4.679.451,08
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	64.866.903,58	69.546.354,66
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	157.228.958,73	64.866.903,58
Varição das Contas de Caixa e Equivalentes de Caixa	92.362.055,15	-4.679.451,08

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Santa Maria de Jetibá/ES, 31 de dezembro de 2025.

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA CENTRO SERRANA – NATER COOP
CNPJ - 27.942.085/0001-83

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

NOTA 01 - INFORMAÇÕES GERAIS

A Cooperativa Agropecuária Centro Serrana (a “NATER COOP”), foi fundada em 1964 como “Coopeavi”. A cooperativa surgiu da união de 20 produtores de ovos, com o propósito de fortalecer a atividade avícola por meio da compra conjunta de ração e do escoamento da produção.

Com sede em Santa Maria de Jetibá – Espírito Santo, nosso objetivo é promover o desenvolvimento socioeconômico da região através de atividades nas áreas agropecuária, industrial e comercial. Atuamos no recebimento, secagem, beneficiamento, armazenagem, industrialização e comercialização de produtos, com ênfase em lácteos, café, ovos e ração. Também oferecemos serviços de condomínio leiteiro e avícola, além de facilitar a compra coletiva de insumos.

Estamos comprometidos em atender às necessidades de nossos cooperados e da sociedade, contribuindo para a melhoria das condições de vida e trabalho na nossa comunidade.

A Nater Coop possui cerca de 24.467 mil cooperados, distribuídos por toda a região do Espírito Santo (87%), na região das Matas de Minas-MG (12%) e demais Estados (1%).

NOTA 02 – ASPECTOS RELEVANTES

A NATER COOP em 2025 consolidou competências institucionais que vêm sendo construídas ao longo de sua história: determinação, resiliência e foco no resultado.

A par dos grandes desafios enfrentados, conjunturais e estruturais, conseguimos entregar resultados relevantes, consolidando a Cooperativa como referência nos mercados em que atua.

A conjuntura de mercado no Agronegócio Brasileiro, durante todo o ano de 2025, exigiu elevada maturidade de gestão de todos os players do setor. Margens pressionadas, incertezas na formação dos preços de commodities, pressão do mercado de trabalho altamente demandante por mão de obra qualificada e custos de produção com forte tendência de elevação foram alguns dos desafios enfrentados.

Estruturalmente, o cenário macroeconômico foi (e continua) sendo fortemente impactado pelo patamar da taxa SELIC e pelas variações da taxa de câmbio.

Nesse cenário desafiador, a NATER COOP entregou o melhor resultado de sua história!

Focamos na eficiência operacional, possibilitando melhores resultados mesmo com a receita líquida alcançando valor nominal equivalente ao ano de 2024.

O valor nominal do EBITDA, R\$110MM (conforme metodologia de cálculo demonstrada na NE 05.12), e do Lucro Líquido, R\$29.3MM, refletem um esforço conjunto e coordenado da gestão para melhoria da performance operacional

O EBITDA alcançou R\$ 110 MM, representando 5,05% da receita líquida. Esse resultado praticamente dobrou em relação ao ano anterior e recolocou a cooperativa em patamar competitivo dentro do universo das cooperativas nacionais. Trata-se de um indicador central, pois demonstra a capacidade operacional de geração de caixa antes dos efeitos financeiros e contábeis. A recuperação do EBITDA foi decisiva para estabilizar a estrutura financeira e iniciar o processo de desalavancagem.

As Sobras Líquidas totalizaram R\$ 29,3 MM, elevando a margem líquida para 1,35%. Embora ainda considerada moderada para o setor, essa margem representa avanço expressivo frente ao exercício anterior e sinaliza que a cooperativa retomou capacidade de geração de resultado final. Importante destacar que o desafio estratégico não está apenas no crescimento da receita, mas na elevação consistente da qualidade e estabilidade das sobras ao longo dos próximos ciclos.

Além disso, a Dívida Líquida reduziu para R\$ 227 milhões (conforme metodologia de cálculo demonstrada na NE 05.12), após pico observado em 2024. O indicador Dívida Líquida/EBITDA caiu para 2,06 vezes, ante 4,62 vezes no ano anterior, demonstrando melhora substancial na capacidade de pagamento. Isso tudo refletiu ainda na estrutura de caixa da Nater onde deixamos em disponibilidades um valor de 157MM.

Em 2025 o preço de comercialização do Café reforçou o protagonismo dessa commodities na economia do Estado do Espírito Santo, impactando a agroindústria de transformação do produto e, também, toda cadeia de insumos agrícolas.

Este cenário exigiu elevada maturidade da gestão econômico-financeira da Cooperativa para fazer frente a uma demanda crescente por capital de giro. De forma equilibrada, conseguimos operar instrumentos tradicionais de política financeira, historicamente já utilizados pela NATER COOP, ampliando nossa atuação em outras frentes. Destacamos a constituição de um FIDC e a emissão de Nota Comercial.

Portanto, nosso foco na eficiência operacional proporcionou melhoria no resultado do EBITDA, na redução da dívida líquida e no melhor controle sobre a necessidade de capital de giro.

Portanto de forma geral, o ano de 2025 pode ser caracterizado como um período de consolidação. A cooperativa demonstrou capacidade de reação, recuperação operacional consistente, melhora da eficiência industrial e início efetivo do reequilíbrio financeiro. O risco deixou de ser crítico, mas permanece moderado, exigindo disciplina estratégica contínua.

O foco da gestão foi reconhecido pelo mercado:

Anuário IEL 200 maiores e melhores empresas no Espírito Santo:

No ranking das 200 Maiores e Melhores Empresas no Espírito Santo, realizado pelo IEL, confirmamos nossa relevância estadual. Fomos reconhecidos mais uma vez como a empresa Líder em Agricultura e Pecuária no Espírito Santo, reafirmando nosso protagonismo no setor que move a economia capixaba.

Valor 1000: Entre as gigantes do Brasil

Nossa força rompeu fronteiras estaduais. No prestigiado ranking Valor 1000, do jornal Valor Econômico, alcançamos posições históricas que consolidam a Nater Coop na elite do cenário nacional:

- 466ª Maior Empresa do Brasil (entre as 1000 maiores).
- 56ª Maior Empresa do Agronegócio Brasileiro.
- 27ª Maior Cooperativa do País.

Nosso sistema de representação dos cooperados e a forma de organização de nosso quadro social é referência no Cooperativismo do Estado.

A transparência como diretriz estratégica nos levou a instituir o modelo de representação por meio do Cooperado Líder. Eleito diretamente por seus pares, representam 200 (duzentos) cooperados com o propósito de disseminar e fortalecer a política de relacionamento da NATER COOP. Consolidamos esse modelo como um importante canal de comunicação entre os cooperados e a Diretoria Eleita.

No que se refere à continuidade dos negócios, seguimos com a estratégia de efetivar a eficiência operacional em todas as unidades da Cooperativa, ampliando o modelo de gestão, já instituído, de acompanhamento sistemático do resultado por meio de KPI (Key Performance Indicator) vinculados à estratégia corporativa.

As perspectivas são de que a média de preços dos insumos (milho, soja, fertilizantes, defensivos etc.) não apresentem variações significativas no mercado. Quanto ao café, vivenciamos um momento de acomodação temporária dos preços, merecendo especial atenção a expectativa de safra e as condições climáticas nos demais países produtores.

Os indicadores macroeconômicos continuam a ser acompanhados com atenção e cautela. Mesmo que a inflação prevista se mantenha dentro da meta, a taxa de juros básica da economia permanece em patamar elevado, embora o indicativo de queda sinalizado pelo Banco Central.

Concluindo, a Cooperativa adotou rigor no gerenciamento dos custos de produção e comercialização, reposicionou as prioridades do seu plano estratégico para a eficiência operacional com reflexos positivos em todas as unidades operacionais, construindo internamente um ambiente de governança o que possibilita maior agilidade das decisões e segurança para a continuidade do crescimento sustentável.

A cooperativa é operacionalmente competitiva, possui ativos estratégicos relevantes, base de cooperados sólida e posicionamento consistente no mercado. O ciclo recente demonstrou capacidade de crescimento acelerado, mas também evidenciou a importância do equilíbrio financeiro e da gestão prudente da alavancagem.

Encerramos 2025 com recuperação clara de rentabilidade, melhora na geração de caixa e início de estabilização da estrutura financeira. O desafio dos próximos anos não será apenas crescer, mas crescer com qualidade, previsibilidade e menor exposição ao risco estrutural.

NOTA 03 – ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

03.1 – Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às empresas de grande porte, conforme os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), além de estarem alinhadas às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS). Também foram considerados os aspectos específicos da Lei 5.764/71, que rege o sistema cooperativo, e a ITG 2004 do Conselho Federal de Contabilidade, aplicável às sociedades cooperativas.

A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Cooperativa em 23 de fevereiro de 2026.

03.2 – Declaração de relevância

As divulgações são limitadas a informações relevantes para as demonstrações financeiras, sendo consistentes com aquelas utilizadas pela administração no desempenho de suas funções. As políticas contábeis significativas adotadas pela Cooperativa estão apresentadas nas respectivas Notas.

03.3 – Moeda de apresentação e moeda funcional

Trata-se de demonstrações contábeis individuais e encontram-se apresentadas em moeda corrente nacional (Real), sendo esta a sua moeda funcional.

03.4 – Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CFC exige que a Administração da Cooperativa faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, ingressos e dispêndios. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas pela Cooperativa e que possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e

estimativas são significativas para as demonstrações financeiras quando ocorrem são incluídas nas notas explicativas.

NOTA 04 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

04.1 – Regime de Escrituração

Foi adotado o regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício. A aplicação desse regime implica no reconhecimento dos ingressos e dispêndios e das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

04.2 – Ajuste a Valor Presente

O ajuste a valor presente é calculado sobre os saldos dos créditos a receber ao final de cada mês, tendo em vista a inexistência de condições técnicas de mensuração e registro no momento da realização de cada operação. Para a mensuração do valor é utilizada a taxa de 6,0% ao ano, considerada pela administração como adequada aos negócios realizados, perfazendo em 31/12/2025 o valor de R\$ 3.395.661,81 o qual encontra-se registrado em conta redutora dos créditos de curto e longo prazo e irá compor a receita financeira dos próximos exercícios pelo regime de competência.

Em relação aos saldos do passivo não foi calculado o AVP tendo em vista a inexistência de condições sistêmicas de mensuração e registro no momento da realização de cada operação.

04.3 – Créditos Tributários

Os impostos e contribuições recuperáveis encontram-se registrados no ativo circulante e realizável de longo prazo. Sobre os créditos considerados de difícil realização é constituída estimativa para perdas registrada em conta redutora do mesmo grupo, logo, no balanço patrimonial o saldo dos créditos é apresentado líquido da estimativa.

Os saldos de PIS e COFINS, cujas bases ainda não são de entendimentos pacificados pela Receita Federal do Brasil, por questão de prudência, são provisionados. Tais como: comissões e corretagens, fretes na aquisição de itens não tributados, fretes nas transferências etc. As provisões são revertidas de acordo com a emissão dos despachos decisórios após fiscalização.

Os saldos credores do ICMS são integralmente provisionados, exceto sobre os créditos que ainda se encontram nos estoques. Importante citar que as operações normais da cooperativa não geram débitos suficientes para consumi-los, os quais são oriundos, basicamente, de aquisições de mercadorias de fora do Estado.

04.4 – Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa

A perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, com saldo no montante de R\$ 1.512.967,04 é considerada suficiente para cobertura das perdas que possam ocorrer na realização dos créditos.

Os créditos vencidos a mais de 360 dias são baixados integralmente para perdas, mantendo-se os procedimentos de cobrança, de modo que, quando dos recebimentos, os valores serão reconhecidos como outros ingressos e receitas. Ao final do ano de 2025 foram baixados para perdas o montante de R\$ 5.352.326,21 e recebido créditos registrados em perdas em exercícios anteriores no montante de R\$ 1.237.255,46 ocasionando um efeito negativo no resultado do exercício de R\$ 4.115.070,75.

O critério utilizado para mensuração do valor é de considerar todos os créditos originados do último ano, ou seja, de janeiro a dezembro de 2025, vencido a mais de sessenta (60) dias, obedecendo uma regra:

VENCIDOS	PERCENTUAL
61 a 90 dias	5%
91 a 120 dias	8%
121 a 150 dias	10%
151 a 180 dias	12%
181 a 210 dias	15%
211 a 240 dias	35%
241 a 270 dias	40%
271 a 300 dias	55%
301 a 330 dias	70%
331 a 360 dias	90%

Esses percentuais foram definidos tomando por base informações históricas das perdas pela administração.

04.5 – Avaliação dos Estoques

Os estoques existentes na data do balanço foram avaliados de acordo com os critérios descritos a seguir, em todos os casos não superior ao valor líquido de realização:

Mercadorias de Revenda: custo médio móvel ponderado, despojado dos impostos recuperáveis.

Produtos Agroindustriais: custo de produção.

Ativos Biológicos: custo de produção.

Estoques próprios de produtos Agrícolas (café): O café passa por processo industrial de mistura e ligas, fazendo com que o produto final carregue o custo médio das matérias primas, portanto o estoque próprio de café é mantido pelo custo médio de produção, quando esse não for superior ao realizável líquido.; e

Estoques de produtos agrícolas mantidos (Café) em depósito pelos cooperados: valor de mercado em nível de produtor praticado pela cooperativa em 31 de dezembro de 2025.

04.6 – Gastos Antecipados

O grupo de despesas antecipadas registra os seguros de bens móveis e imóveis, de competências futuras, tarifas financeiras vinculadas a empréstimos, licenciamentos, periódicos e tributos, pagos antecipadamente que serão contabilizados como despesas/dispêndios em observância ao regime de competência, divididos em ativo circulante e realizável ao longo prazo.

04.7 – Imobilizado

04.7.1 – Bases de mensuração

Os bens do ativo imobilizado registrados até 2010 encontram-se reconhecidos pelo custo atribuído na forma prevista na ITG 10, aprovada pela resolução 1.263/09 do CFC. Os bens incorporados ao imobilizado a partir de 2011 estão reconhecidos pelo custo de aquisição.

04.7.2 – Método de depreciação

A depreciação do imobilizado é calculada pelo método linear sobre o valor depreciável dos bens, apurado com base em estimativa de vida útil e valor residual recuperável, conforme requerido em norma contábil.

04.7.3 – Análise de recuperabilidade

A análise da recuperabilidade dos bens do ativo imobilizado foi realizada e aprovada em reunião da Diretoria na data 22/01/2026, com a conclusão de não existirem indicativos de falta de recuperabilidade pelo uso ou venda, inexistindo, dessa forma, a necessidade de aplicação do teste de “impairment” e o reconhecimento de perdas para desvalorização destes ativos. Todas as unidades geradoras de caixa são produtivas e preservadas por manutenções preventivas, garantindo sua efetiva recuperabilidade.

Ao decorrer do ano de 2025, foi realizado trabalho técnico de levantamento e conferência dos bens das unidades desta cooperativa, comprovados por inventário de modelo digital assinado por cada gestor de unidade, certificando de forma satisfatória a classificação, os saldos e a conservação de todos os bens.

04.8 – Método de Avaliação dos Investimentos

04.8.1 – Em outras empresas

Todos os investimentos estão operacionalmente ativos não sendo necessária a constituição de estimativa para perdas e são mantidos pelo custo histórico, não havendo situações que requerem a avaliação pelo método da equivalência patrimonial.

04.8.2 – Propriedades para Investimento - contabilizados pelo método de custo

A propriedade para investimento existente na data de encerramento das demonstrações contábeis corresponde ao imóvel próprio que se encontra locado, e foi contabilizado pelo

custo de aquisição no valor contábil é de: R\$ 2.212.715,31, sendo inferior do que o valor justo.

04.9 – Produtos Recebidos em Depósito

Os produtos recebidos em depósito, para comercialização, são contabilizados no passivo circulante em contrapartida dos estoques e mensurados ao valor de mercado em nível de produtor praticado pela cooperativa em 31 de dezembro de 2025.

04.10 – Empréstimos e Financiamentos

A entidade mantém operações de empréstimos e financiamentos para suporte às suas atividades operacionais e investimentos estratégicos. Essas operações estão reconhecidas como passivos financeiros, classificados entre circulantes e não circulantes, conforme o vencimento das obrigações.

Os empréstimos e financiamentos são mensurados inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os passivos são classificados como circulantes, quando possuem vencimento dentro de 12 meses; e não circulantes quando possuem vencimento superior a 12 meses.

A entidade possui diferentes modalidades de empréstimos e financiamentos, cujas condições incluem:

Taxa de juros: fixas ou variáveis, atreladas a índices de mercado;

Prazos de vencimento: conforme cronograma contratual;

Garantias: determinadas conforme cada contrato, podendo incluir garantias reais e fidejussórias;

Covenants financeiros: cláusulas restritivas previstas em contratos, monitoradas periodicamente para assegurar conformidade.

04.11 – Provisões

A Cooperativa registra provisões quando possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cujo desembolso de caixa futuro seja considerado como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação nas datas dos balanços, levando-se em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

04.12 – Reconhecimento dos Ingressos e Receitas

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Cooperativa e suas controladas, podendo ser confiavelmente mensurados.

A receita com prestação de serviços e a venda de produtos é reconhecida quando:

- A Cooperativa transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados aos serviços prestados e vendas dos produtos;
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.
- A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que a Cooperativa efetua a entrega dos produtos para o cliente, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de revenda dos produtos, e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente.

04.13 – Operações com Não Cooperados

Neste exercício, foram mantidas as regras do ano anterior quanto aos critérios de apuração dos resultados das operações com não cooperados, consoante normas fiscais vigentes e ITG 2004, que preveem o registro das operações com os cooperados como ingressos e dispêndios e com não cooperados como receitas, custos e despesas, tendo registrado tais operações destacadamente, de modo a permitir o cálculo para a incidência de tributos e destinação societária. O resultado das operações com não cooperados, líquido dos impostos e após reversão de reservas, apurado no exercício de 2025, foi negativo de R\$ 1.661.829,75, compensado com o Fundo de Reserva conforme Artigo 73 do Estatuto.

Os rendimentos das aplicações financeiras foram integralmente considerados como decorrentes de operações com não cooperados, sendo tributado o resultado dessas aplicações mediante o cômputo do custo do dinheiro aplicado, com base na taxa média de captação junto aos Bancos.

04.14 – Imposto de Renda e Contribuição Social

Diretrizes de Apuração – A Cooperativa apura o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) com base no Lucro Real, observando a segregação das operações de acordo com a Lei nº 5.764/1971. Conforme a legislação vigente, há a não incidência desses tributos sobre os resultados decorrentes de atos cooperativos (operações com associados), incidindo as alíquotas de 15% (mais adicional de 10% de IRPJ) e 9% (CSLL) unicamente sobre o resultado das operações com não cooperados (atos não cooperativos).

Demonstração do Cálculo (NE 05.13) – Exercício 2025 Neste exercício, o resultado antes dos impostos das operações tributáveis (atos não cooperativos) foi de R\$ 818.525,03. Após as adições e exclusões previstas na legislação fiscal, a base de cálculo (Lucro Real e Base de Cálculo da CSLL) antes da compensação de prejuízos atingiu o montante de R\$ 8.216.407,21.

Em conformidade com os Artigos 42 e 58 da Lei nº 8.981/1995 e Artigos 15 e 16 da Lei nº 9.065/1995, a Cooperativa procedeu à compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL apurados em períodos anteriores (ano-base 2024), limitada a 30% do lucro líquido ajustado do exercício.

Os valores referentes à parcela compensada (30% da base) foram realizados mediante o confronto com o Ativo Fiscal Diferido reconhecido no exercício de 2024.

Tributos sobre o Custo Atribuído (Deemed Cost) Conforme detalhado na NE 04.7, por ocasião da adoção do custo atribuído aos bens do imobilizado, a Cooperativa constituiu provisão para IRPJ e CSLL sobre o saldo do Ajuste de Avaliação Patrimonial (AAP). Tal registro foi realizado no Passivo Não Circulante em contrapartida à conta redutora do AAP no Patrimônio Líquido, observando-se a proporcionalidade média das operações com não cooperados, conforme preconiza o CPC 32 (Tributos sobre o Lucro).

No encerramento do exercício de 2025, o saldo da provisão foi ajustado para R\$ 2.255.965,20, refletindo a atualização do percentual de atos não cooperativos aplicado sobre o saldo remanescente da avaliação patrimonial.

04.15 – Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social

Os gastos com assistência técnica, educacional e social realizados no exercício, no montante de R\$ 1.000.000,00, foram registrados como dispêndios. Ao final do exercício, o mesmo montante foi revertido para a conta de Sobras ou Perdas, de conformidade a ITG 2004 do Conselho Federal de Contabilidade, integrando a base para as destinações estatutárias.

04.16 – Resultado de Participações Societárias

Foram reconhecidos no resultado do exercício valores relativos a participações em outras sociedades cooperativas o montante de R\$ 977.320,75, referente ao retorno de sobras.

04.17 – Juros sobre o Capital Social

Apesar de permitido legalmente e estatutariamente, a administração optou por não atribuir juros ao capital social integralizado.

04.18 – Ajuste de Avaliação Patrimonial

A parcela da realização do ajuste de avaliação patrimonial, no valor de R\$ 709.354,87, oriunda da depreciação e alienação de bens nos valores de R\$ 178.026,70 e R\$ 531.328,17, respectivamente, foi revertida diretamente para a conta de Sobras ou Perdas, conforme requerido na ITG 10 do Conselho Federal de Contabilidade, integrando os Outros Resultados Abrangentes.

Ainda, no grupo de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido também são reconhecidos os ajustes aos valores justos ocorridos sobre os objetos e os instrumentos de proteção relacionados na estratégia de *hedge* das operações de café, conforme divulgado na NE 04.26.

04.19 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis

Quando da existência de operações em moeda estrangeira, é realizada a conversão para a moeda funcional mediante a utilização da taxa de câmbio divulgada pelo BACEN – Banco Central do Brasil e pela RFB – Receita Federal do Brasil. Os ganhos e perdas com variação cambial na aplicação das taxas de câmbios sobre os ativos e passivos são reconhecidos como ingressos/receitas e dispêndios/despesas financeiras.

04.20 – Instrumentos Financeiros

Caracteriza-se como instrumento financeiro, qualquer contrato que dá origem a um ativo financeiro em uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de patrimônio em outra entidade e são divididos em categorias:

Os instrumentos financeiros podem ser avaliados através de dois sistemas básicos, a saber:

Valor justo: valor que seria recebido por um ativo ou que seria pago para liquidação de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Custo Amortizado: valor original de um ativo ou de um passivo, acrescido dos juros efetivos, deduzida as amortizações e reduções para reconhecimento de perda do valor recuperável.

A classificação dos instrumentos financeiros e os critérios de mensuração encontram-se demonstrados na NE 05.14

04.21 – Classificação de Ativos e Passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Cooperativa e se o seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Cooperativa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso em prazo maior, são apresentadas como não circulante. Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço.

04.22 – Créditos em físico de produto

Os créditos indexados em físico de produto agrícola (café) originados em operações de barter ou troca por insumos, são mensurados de acordo com a sua designação dentro da estratégia comercial de proteção, sendo:

- Os créditos em físico vinculados aos contratos de venda a termo com preços fixos, são mensurados pelo valor líquido da realização, que, por sua vez, é definido com base no valor de venda previstos nos contratos menos os gastos incorridos no momento da venda; e
- Os créditos em físico que estão livres para comercialização, e os que foram designados como instrumento de proteção do produto depositado a fixar, são mensuradas tomando por base o valor de mercado a nível de produtor na data de encerramento do balanço. Este é o mesmo critério adotado para valorização dos estoques de café armazenado e do café depositado a fixar.

04.23 – Realização de fundos

Conforme previsto no Regulamento do Fundo de Desenvolvimento, a sua realização ocorreu conforme previsões do Art. 2º, abarcando investimentos que contribuíram com a manutenção do desenvolvimento das atividades da cooperativa, aumentando sua capacidade de geração de negócios e geração de resultado.

Em observância ao Art.3º do regulamento próprio, os valores revertidos serão apresentados pelo conselho de administração no formato de prestação de contas a Assembleia Geral Ordinária.

Com base em decisão do conselho de administração, ata nº 01/2026, em reunião realizada no dia 22/01/2026, as perdas relacionadas ao pagamento de rescisões com representantes comerciais, num montante de R\$ 524.912,31, foram revertidas do fundo de reserva e serão levadas ad referendum da assembleia geral ordinária de prestação de contas.

As realizações descritas acima são levadas para a assembleia geral ordinária como proposta do conselho de administração e por ela deverão ser deliberadas.

04.24 – Custo dos Empréstimos

Os encargos financeiros incidentes sobre as operações de financiamento que estão diretamente vinculadas a construção de ativos qualificáveis, conforme definido na NBC TG 20(R2) do CFC, são registrados junto ao valor do bem no ativo imobilizado, sendo os demais apropriados diretamente na despesa financeira no resultado.

04.25 – Mensuração dos ativos biológicos

- Bovinos – Avaliados ao método do valor justo, utilizando como base, a métrica de Unidade Animal, considerando cada animal vivo com o peso de 450kg. Valores de atualização baseados no valor de mercado da arroba, para gado leiteiro, descontados da amortização já registrada.
- Aves – Classificadas como ativo biológico com 4 meses, incorporando neste momento o custo histórico consumido durante o crescimento, sendo também esse o momento que começam a produzir, com base na vida útil produtiva de 16 meses, ao final são vendidas para descarte.

- Eucalipto - São avaliados a valor de mercado de acordo com a metragem da plantação e fase das árvores. No início de dezembro se deu início ao plantio de uma nova lavoura, pelo fato de ainda não estar finalizado, encontra-se lançado na conta de culturas em formação com o valor até o momento de R\$ 4.628,28, com a amortização iniciando após a fase de plantio.

04.26 - Operações de Proteção (Hedge Accounting)

A partir do exercício de 2024, foi adotada a contabilidade de proteção (hedge accounting) com o objetivo de equalizar o reconhecimento das variações ocorridas sobre os itens protegidos e os seus respectivos instrumentos de proteção. Essa metodologia, permite que a efetividade das operações seja medida e reconhecida no resultado ao mesmo tempo, permitindo a apuração de resultados mais fidedignos que demonstram a real performance das operações realizadas. Tal metodologia segue sendo utilizada no exercício de 2025, bem como, seguindo os conceitos aplicados com base nas normas vigentes.

A estrutura de hedge accounting, segue as normas estabelecidas no CPC 48, aplicável às empresas brasileiras a partir da emissão da Lei 11.638/2007 e das diretrizes constantes nos CPC's 39 e 40, visando a comprovação de que o risco associado ao objeto de hedge é coberto apropriadamente pelo instrumento de hedge correspondente.

A adoção da contabilidade de hedge, origina-se da necessidade de proteção, da exposição em:

*Moeda Estrangeira, relacionado às exportações de café; e

*Comodities, incluindo as compras e vendas previstas de estoques de café.

*A modalidade adotada de "Hedge de Valor Justo" visa reduzir o risco de variação no valor justo de ativos e passivos existentes e/ou compromissos firmes.

Abaixo, seguem as posições contabilizadas conforme a apuração da posição da contabilidade de hedge em 31/12/2025, bem como os efeitos gerados nos demonstrativos contábeis e sua comparabilidade 2024:

CAFÉ - Arábica (2025)						
Objeto/Instrumento de Hedge	Quant. SC	Valor /SC	R\$/SC atualizado	R\$/Ajuste total	Reflexo	Obs.:
Estoque Físico - Vendido e não carregado vinculado PV	4.329	2.773,33	1.881,49	-3.861.088,78	DRE	a
Contratos de venda para indústria a carregar	-4.329	1.881,49	1.881,49	0		b
Estoque Físico depositado	23.480	1.203,10	1.472,88	6.332.054,96	DRE	c
De terceiros (dep. a fixar) vinculado ao estoque físico	-23.480	1.203,10	1.472,88	-6.332.054,96	DRE	d
De terceiros (dep. a fixar) vinc. a ped. de compra Futuros	-920	1.203,10	1.472,88	-248.019,34	PL	e
Contratos de compra Futuro - Proteção do dep. A fixar	920	1.515,08	1.718,48	187.056,26	PL	f
De terceiros (dep. a fixar) vinc. a pedidos de compra Barter	-1.311	1.203,10	1.472,88	-353.526,26	DRE	g
Ctr. compra Barter/troca - Instrum. Proteção do dep. A fixar	1.311	681,51	1.520,00	1.099.188,66	DRE	h
Estoque descoberto	2.954	2.773,33	1.490,00	-378.315,85	DRE	i
Demais ctr. compra barter Livres	0	0	0,00	0,00	DRE	j
Contratos de venda Bolsa (B3)	0	0,00	0,00	0,00	DRE	k
Posição líquida	2.954					

CAFÉ - Arábica (2024)						
Objeto/Instrumento de Hedge	Quant. SC	Valor /SC	R\$/SC atualizado	R\$/Ajuste total	Reflexo	Obs.:
Estoque Físico - Vendido e não carregado vinculado PV	14.277	1.321,92	1.501,53	2.564.402,19	DRE	a
Contratos de venda para indústria a carregar	-14.277	1.501,53	1.501,53	0		b
Estoque Físico depositado	10.177	1.681,84	1.927,41	2.499.261,43	DRE	c
De terceiros (dep. a fixar) vinculado ao estoque físico	-10.177	1.051,14	1.832,40	-7.951.032,46	DRE	d
De terceiros (dep. a fixar) vinc. a ped. de compra Futuros	-10.760	1.051,14	1.832,40	-8.406.483,87	PL	e
Contratos de compra Futuro - Proteção do dep. A fixar	10.760	1.583,87	2.017,19	4.662.461,03	PL	f
De terceiros (dep. a fixar) vinc. a pedidos de compra Barter	-5.438	1.051,14	1.832,40	-4.248.656,84	DRE	g
Ctr. compra Barter/troca - Instrum. Proteção do dep. A fixar	5.438	912,19	1.809,14	4.877.748,85	DRE	h
De terceiros (dep. a fixar) livre	-5.501	1.051,14	1.832,40	-4.297.530,40	DRE	i
Demais ctr. compra barter Livres	2.360	683,71	1.809,14	2.656.088,82	DRE	j
Contratos de venda Bolsa (B3)	-10.000	1.716,40	2.497,35	-7.809.500,00	DRE	k
Posição líquida	-13.141					

- Estoque próprio custo médio ou valor realizável dos dois o menor, nesse caso comprometido com contratos de venda foi utilizado o valor realizável;
- Nenhum registro/ajuste é necessário pois o valor já está fixado, esses contratos serviram para determinar o valor realizável do estoque vendido e não carregado;
- Estoque depositado valor justo em nível de produtor;
- Produto a fixar, valor justo em nível de produtor mesmo critério de atualização dos estoques;
- Produto a fixar, valor justo em nível de produtor, mesmo critério foi utilizado para atualizar os pedidos de compra contra o PL;
- Contrato de compra futuro sem registro contábil a atualização ocorre em contrapartida do PL, instrumento de proteção designado a proteção de parcela do produto a fixar;
- Produto a fixar valor justo em nível de produtor, mesmo critério foi utilizado para atualizar os pedidos de compra contra o Resultado;
- Créditos em físico conforme destinação, nesse caso relacionado com o produto depositado a fixar pelo produtor, atualiza valor justo em nível de produtor contra o resultado;
- Estoque físico descoberto;
- Saldo disponível mantido ao valor de mercado, atualiza contra o resultado;
- Operação de Contrato de compra ou venda em bolsa

CAFÉ - Conilon (2025)						
Objeto/Instrumento de Hedge	Quant. SC	Valor /SC	R\$/SC atualizado	R\$/Ajuste total	Reflexo	Obs.:
Estoque Físico - Vendido e não carregado vinculado PV	20.589	1.264,96	1.367,50	2.111.340,93	DRE	a
Contratos de venda para indústria a carregar	-20.589	1.367,50	1.367,50	0		b
Estoque Físico depositado	184.312	1.150,52	1.200,10	9.138.926,41	DRE	c
De terceiros (dep. a fixar) vinculado ao estoque físico	-184.312	1.150,52	1.200,10	-9.138.926,41	DRE	d
De terceiros (dep. a fixar) vinc. a ped. de compra Futuros	-3.652	1.150,52	1.200,10	-181.095,67	PL	e
Contratos de compra Futuro - Proteção do dep. A fixar	3.652	957,97	1.200,10	884.348,12	PL	f
De terceiros (dep. a fixar) vinc. a pedidos de compra Barter	-11.084	1.150,52	1.200,10	-549.578,70	DRE	g
Ctr. compra Barter/troca - Instrum. Proteção do dep. A fixar	11.084	768,11	1.200,00	4.786.946,06	DRE	h
Estoque descoberto	4.077	1.264,96	1.230,00	-12.667,86	DRE	i
Demais ctr. compra barter Livres	0	0	0,00	0,00	DRE	j
Contratos de venda Bolsa (B3)	0	0,00	0,00	0,00	DRE	k
Posição líquida	4.077					

CAFÉ - Conilon (2024)						
Objeto/Instrumento de Hedge	Quant. SC	Valor /SC	R\$/SC atualizado	R\$/Ajuste total	Reflexo	Obs.:
Estoque Físico - Vendido e não carregado vinculado com PV	24.714	2.059,80	1.750,70	-7.638.920,51	DRE	a
Contratos de venda para indústria a carregar	-24.714	1.750,70	1.750,70	0		b
De terceiros (dep. a fixar) vinc. a pedidos de compra Futuros	-72.814	951,52	1.834,34	-64.240.369,75	PL	c
Contratos de compra Futuro - Instrum. Proteção do dep. A fixar	72.834	790,19	1.835,35	76.122.824,66	PL	d
Ctr. compra Barter/troca - Vinculados a contratos de venda	55.409	796,52	1.350,73	30.708.162,65	DRE	e
Contratos de venda futuro vinculados com operações de barter	-59.257	1.350,66	1.350,66	0,00		f
Contratos futuros de compra - vinculados a venda Bolsa	15.784	998,74	1.835,82	13.212.578,70	PL	g
Contratos de venda Bolsa (Londres) - Vinculados a PC Futuro	-15.784	1.548,33	1.811,25	-4.149.943,72	PL	h
Contratos de venda Bolsa (Londres) - descobertos	-1.716	1.548,33	1.811,25	-451.116,90	DRE	i
Posição líquida	-5.544					

- Estoque próprio custo médio ou valor realizável dos dois o menor, nesse caso comprometido com contratos de venda foi utilizado o valor realizável;
- Nenhum registro/ajuste é necessário pois o valor já está fixado, esses contratos serviram para determinar o valor realizável do estoque vendido e não carregado;
- Estoque depositado valor justo em nível de produtor;
- Produto a fixar, valor justo em nível de produtor mesmo critério de atualização dos estoques;
- Produto a fixar, valor justo em nível de produtor, mesmo critério foi utilizado para atualizar os pedidos de compra contra o PL;
- Contrato de compra futuro sem registro contábil a atualização ocorre em contrapartida do PL, instrumento de proteção designado a proteção de parcela do produto a fixar;
- Produto a fixar valor justo em nível de produtor, mesmo critério foi utilizado para atualizar os pedidos de compra contra o Resultado;
- Créditos em físico conforme destinação, nesse caso relacionado com o produto depositado a fixar pelo produtor, atualiza valor justo em nível de produtor contra o resultado;
- Estoque físico descoberto;
- Saldo disponível mantido ao valor de mercado, atualiza contra o resultado;
- Operação de Contrato de compra ou venda em bolsa.

Os valores reconhecidos no patrimônio líquido permanecerão lá até que as operações continuem demonstrando efetividade ou que sejam liquidadas.

Em resumo, os efeitos reconhecidos no resultado do exercício de 2025 são provenientes das operações já concretizadas no mesmo exercício, tomando como base o ajuste das posições ao comparar a implantação da metodologia em 2024, com a posição em 2025. Enquanto os resultados represados no patrimônio líquido foram apurados sobre as operações que dependem de eventos futuros para serem concretizadas, entre os quais se destaca o recebimento físico dos contratos de compra a termo e barter, que tiveram a sua variação reconhecida na conta do ativo circulante Ajustes em Operação de Hedge.

No quadro abaixo, os efeitos da contabilização de proteção foram segregados por tipo de operação e demonstrados os impactos em cada componente das demonstrações contábeis:

Tipo de operação	DRE	Balanco Patrimonial		Patrimônio Líquido
		Ativo Circulante	Passivo Circulante	
Operações com Contratos a termo de compra	0,00	1.071.404	429.115,00	642.289
Operações com Barter (Arábica) x Dep. a fixar	745.662	1.099.188	353.526,26	0,00
Operações com Barter (Conilon) x Dep. A fixar	4.237.367	4.786.946	549.578,70	0,00
Valor Justo dos estoques de Terceiros (Arábica)	0,00	6.332.054	6.332.054,96	0,00
Valor Justo dos estoques de Terceiros (Conilon)	0,00	9.138.926	9.138.926,41	0,00
Valor Justo dos estoques próprios (Arábica)	-4.239.404	-4.239.404	0,00	0,00
Valor Justo dos estoques próprios (Conilon)	2.098.673	2.098.673	0,00	0,00
Total	2.842.298	20.287.788	16.803.201	642.289

04.27 - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)

Contexto e Natureza das Operações

Durante o exercício de 2025, a Cooperativa realizou operações de cessão de direitos creditórios originados de suas atividades operacionais a Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC). O objetivo estratégico dessas operações é a otimização da gestão do fluxo de caixa e a antecipação de recebíveis.

Política de Reconhecimento e Mensuração

As cessões de crédito são contabilizadas observando-se os critérios de desreconhecimento de ativos financeiros. No momento da transferência definitiva dos direitos e dos riscos e benefícios substanciais associados, os créditos são baixados do Ativo Circulante (Contas a Receber).

A Nater mantém participação na estrutura do fundo por meio de cotas da classe mezanino. Essas participações são classificadas como ativos financeiros e mensuradas de acordo com as diretrizes do CPC 48 – Instrumentos Financeiros. As variações no valor dessas cotas e os respectivos rendimentos são reconhecidos diretamente no resultado do exercício à medida que são apurados.

Saldos em Balanço:

Em 31 de dezembro de 2025, o montante referente à participação em cotas mezanino registrado no Ativo era de R\$ 9.480.582,19.

05.1 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Demonstram a soma de dinheiro disponível, depósitos bancários a vista e de aplicações financeiras de alta liquidez.

Composição	Taxa média	2025	2024
Caixa		1.680.543,81	1.235.163,19
Bancos Conta Movimento		29.212.289,47	30.071.168,47
Aplicações Financeiras / Modalidade		126.336.125,45	33.560.571,92
CDB e RDC	100 a 103% CDI	81.946.880,28	31.223.630,68
FI RF DI	100,00% CDI	7.999.070,67	2.336.941,24
Compromissada	91,30 CDI%	36.390.174,50	0,00
Total do Caixa e Equivalentes de Caixa		157.228.958,73	64.866.903,58

As aplicações financeiras estão atualizadas com os rendimentos apropriados até a data do balanço.

05.2 – Títulos a Receber

Os créditos de curto prazo correspondem aos valores a receber de associados e clientes pelo fornecimento e venda de mercadorias ou prestação de serviço no decorrer das atividades da cooperativa. Estão relacionados neste grupo os créditos a receber com vencimento em até um ano, visto que as principais operações da cooperativa estão vinculadas as safras de produtos agrícolas, normalmente tratadas com o mesmo período. Os créditos com vencimento superior a um ano encontram-se classificados no ativo realizável a longo prazo e se referem, basicamente, a vendas parceladas de terrenos, máquinas agrícolas e renegociação de dívidas.

Composição	2025	2024
A vencer até 365 dias	244.638.845,54	325.498.840,68
Vencidos até 30 dias	9.975.022,23	12.753.705,07
Vencidos de 31 a 90 dias	1.838.006,32	2.350.977,17
Vencidos de 91 a 180 dias	3.809.661,26	1.898.449,82
Vencidos de 181 a 364 dias	2.200.556,92	3.108.330,06
Ajuste a Valor Presente	-2.936.315,29	-3.228.512,47
Provisão Créditos Liquidação Duvidosa	-1.512.967,04	-1.409.274,63
Total Circulante	258.012.809,94	340.972.515,70
A vencer a mais de 365 dias	10.278.711,21	16.824.501,30
Ajuste a Valor Presente	-459.346,52	-686.859,03
Total não circulante	9.819.364,69	16.137.642,27
Total Líquido dos Créditos	267.832.174,63	357.110.157,97

05.3 – Impostos a Recuperar

Os créditos tributários são resultantes de operações de aquisição de insumos, mercadorias, serviços e bens necessários ao desenvolvimento das atividades operacionais da cooperativa e estão compostos conforme segue:

Composição	2025	2024
ICMS	66.107.465,59	57.416.198,58
PIS (*)	2.180.759,87	2.518.916,05
COFINS (*)	9.481.841,08	11.219.542,88
Saldo Negativo IRPJ e CSLL	2.123.004,10	1.891.153,91
Impostos/Contribuições	1.257.534,35	812.241,63
Estimativa de perdas ICMS	-62.595.797,76	-54.353.112,56
Total do Circulante	18.554.807,23	19.504.940,49
PIS (*)	15.352.280,03	14.939.811,76
COFINS (*)	68.825.503,66	63.324.320,37
Estimativa de perdas PIS e COFINS (*)	-28.676.309,35	-25.661.868,56
Saldo Negativo IRPJ e CSLL	1.200.013,60	1.200.013,60
Estimativa de perda créditos tributários	-1.200.013,60	-1.200.013,60
Total do não circulante	55.501.474,34	52.602.263,57

(*) A entidade possui créditos fiscais referentes às contribuições ao PIS e à COFINS pleiteados até dezembro de 2025. Os créditos decorrem de ressarcimentos solicitados e de valores compensáveis com tributos federais, conforme detalhado a seguir:

TIPO DE CRÉDITO	SALDO EM 31/12/2025	SALDO EM 31/12/2024
Crédito vinculado receita tributada	11.662.600,95	13.738.458,93
Crédito vinculado receita não tributada	49.423.964,97	44.853.528,09
Crédito vinculado receita não tributada - Lácteos	1.818.213,92	1.818.213,92
(-) Provisão Crédito vinculado receita não tributada	-9.515.655,10	-6.930.835,91
Crédito presumido Mais Leite	10.438.063,96	10.554.278,97
Crédito presumido retroativo	15.391.196,47	15.391.196,47
(-) Provisão crédito presumido	-18.189.209,86	-17.654.853,99
Crédito presumido exportação	6.466.069,14	5.632.821,66
Crédito presumido serviço de frete	635.633,49	14.093,02
Crédito Presumido Farelo de Milho	4.641,74	0,00
(-) Provisão honorários s/ Pis e Cofins	-971.444,39	-1.076.178,66
TOTAL CRÉDITOS SEM PROVISÕES	67.164.075,29	66.340.722,50

Provisões e Reversões Créditos de PIS e COFINS

No exercício de 2025, foi constituído o montante de R\$ 5.576.514,79 a título de provisão para créditos cuja realização apresentava grau de incerteza. Em contrapartida, registrou-se o valor de R\$ 2.581.015,67 em reversões de provisões.

Dentre esse total de reversões, destaca-se a reversão parcial realizada no próprio exercício de 2025, no montante de R\$ 2.411.673,85, decorrente do reconhecimento definitivo de créditos que anteriormente se encontravam em discussão administrativa.

O valor revertido refere-se a créditos de PIS e COFINS apurados no período de 2017 a 2021, anteriormente submetidos a manifestações de inconformidade, que, à época, haviam sido indeferidos em primeira análise pela Receita Federal. Tais créditos passaram a ser reconhecidos favoravelmente por meio de acórdãos administrativos, resultando no direito ao ressarcimento.

Os créditos reconhecidos são compostos, principalmente, por crédito presumido vinculado à exportação de café, bem como por créditos básicos de PIS e COFINS, com destaque para aqueles incidentes sobre embalagens utilizadas na comercialização de café e ovos, que inicialmente haviam sido glosados.

Até o exercício anterior, esses valores permaneciam integralmente provisionados, em função da incerteza quanto ao êxito das discussões administrativas. Com a consolidação do entendimento favorável nos julgamentos administrativos, a Administração passou a considerar provável e mensurável a realização desses créditos, ensejando a reversão parcial da provisão no exercício de 2025.

A entidade mantém o controle dos créditos tributários e acompanha regularmente o andamento dos processos administrativos junto à Receita Federal. As provisões contábeis são mantidas para os montantes que permanecem em discussão administrativa, garantindo transparência e aderência às normas contábeis e fiscais vigentes.

05.4 – Estoques

Grupos de Estoques	2025	2024
Produtos Agrícolas (Café - Pimenta)	324.543.539,42	94.437.925,37
Ativo Biológico (Recria-Aves)	118.944,20	1.309.298,95
Bovinos	30.770,26	365.247,19
Ovos	275.142,05	576.334,00
Defensivos Agrícolas	30.032.798,44	20.202.264,33
Irrigação, Implementos e Ferragens	15.768.547,20	18.222.611,96
Sementes	3.118.702,78	1.813.380,97
Rações e Concentrados	3.393.191,39	9.372.042,92
Adubos e Fertilizantes	21.090.951,02	24.057.644,08
Produto Veterinário	101.894,59	735.681,16
Outros Produtos	17.972.269,28	7.192.488,29
Lácteos	6.290.410,37	8.255.299,71
Embalagens lácteos	5.681.825,45	3.360.297,52
Combustível	1.347.063,06	1.143.971,60
Mercearia	692.195,53	3.624.042,07
Estoques em Trânsito	2.711.457,92	1.293.082,01
Estoques em terceiros	7.792.712,48	6.181.130,13
Totais	440.962.415,44	194.950.253,97

Os critérios de avaliação dos estoques estão descritos na NE 04.5.

Estoques de Produtos Agrícolas – Café e Pimenta:

Tipo	Quantidade em Sacas	Custo Médio P/saca	Valor Total
Arábica	30.763,28	1.639,44	50.434.450,55
Conilon	208.978,47	1.287,29	269.016.365,96
Total	239.741,75		319.450.816,51
Pimenta kg	167.750,00	30,35	5.092.722,91
Total Pimenta	167.750,00		5.092.722,91
Total Produtos agrícolas			324.543.539,42

05.5 – Investimentos

CONTA CAPITAL - COOPERATIVAS DE CRÉDITO

Composição	Valor Contábil 31/12/2024	Incrementos	Baixas	Valor Contábil 31/12/2025
SICOOB	2.227.909,21	872.750,51	-146.149,23	2.954.510,49
CRESOL	271.294,00	36.207,00	-2.274,00	305.227,00
SICOOB (LACTEOS)	703.026,02	134.650,26	-20.687,91	816.988,37
SICREDI	14.277,71	11.138,18	-47,70	25.368,19
TOTAL	3.216.506,94	1.054.745,95	-169.158,84	4.102.094,05

Os valores mencionados acima, representam de forma fidedigna aos saldos investidos por meio de conta capital nas cooperativas de crédito identificadas. As baixas apresentadas no quadro acima, são devidas à devolução de capital investido em exercícios anteriores.

PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS – EMPRESAS DE CAPITAL FECHADO

Composição	Valor Contábil 31/12/2024	Incrementos	Baixas	Valor Contábil 31/12/2025
SOLUSOLO	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
ALGAR TELECOM	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
TOTAL	70.000,00	0,00	0,00	70.000,00

Os investimentos apontados no quadro acima, referem-se à aquisição de cotas das empresas listadas, como estratégia para fomento de inovação de produtos e serviços, desenvolvidos por tais empresas, de interesse da Nater Coop nas suas áreas de negócios.

PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

Composição	Valor Contábil 31/12/2024	Incrementos	Baixas	Valor Contábil 31/12/2025
IMÓVEL SUPERMERCADO SMJ	0,00	2.212.715,31	0,00	2.212.715,31
TOTAL	0,00	2.212.715,31	0,00	2.212.715,31

O Investimento mencionado acima trata-se de uma reclassificação da conta de imóveis para investimentos.

05.6 – Imobilizado

Classes	Taxas Médias %	Valor Contábil 31/12/2024	Aquisições	Dev. Compras	Baixas	Transferência entre Classes.	Depreciação	Valor Contábil 31/12/2025
Terrenos	0,00	25.847.819,71	26.740,00	0,00	-912.576,24	0,00		24.961.983,47
Edificações	3,49	50.949.649,13	622.050,88	0,00	-1.481.618,88	-624.480,75	-1.940.675,92	47.524.924,46
Instalações	10	4.654.990,78	712.898,79	0,00	-110.956,68	-26.967,75	-611.381,61	4.618.583,53
Máquinas e Equipamentos	10	27.198.780,97	2.888.595,15	0,00	-520.926,41	39.862,00	-3.431.232,99	26.175.078,72
Equipamentos Computação	20	4.891.231,78	640.484,93	-849,00	-62.877,78	0,00	-1.463.306,31	4.004.683,62
Móveis e Utensílios/ Outros	10	3.849.959,59	424.814,86	-1.415,00	-770.097,47	8.999,13	-546.217,25	2.966.043,86
Veículos	20	1.728.944,12	31.223,98	0,00	-241.615,85	0,00	-443.706,41	1.074.845,84
Cultura Perm. Formação	0,00	88.568,40	0,00	0,00	-30.961,39	0,00	0,00	57.607,01
Benf. Imóveis de Terceiros	30,08	4.866.185,83	531.876,76	0,00	-179.589,52	0,00	-926.609,19	4.291.863,88
Bens Remessa Comodato	10	39.369,46	0,00	0,00	-16.141,74	49,44	-9.379,54	13.897,62
Biblioteca	0,00	1.863,34	0,00	0,00	0,00	0,00		1.863,34
Ativo Biológico	35,55	3.001.346,04	2.335.820,13	0,00	-212.031,57	0,00	-1.724.043,36	3.401.091,24
Imobilizado em Andamento	0,00	0,00	2.548.907,94	0,00	0,00	-1.610.177,38	0,00	938.730,56
Adiantam. p/Imobilização	0,00	2.583.999,10	237.440,37	0,00	-2.249.574,88	0,00	0,00	571.864,59
Arrendamento Mercantil	20	22.110.673,95	10.943.768,69	0,00	-618.381,24	0,00	-8.955.875,39	23.480.186,01
TOTAL		151.813.382,20	21.944.622,48	-2.264,00	-7.407.349,65	-2.212.715,31	-20.052.427,97	144.083.247,75

Bens em Garantia:

Banco	Nº Contrato	Data da Contratação	Vencimento Final	Valor contratado	Bens e Imóveis
Brasil	21/01157-5	17/06/2015	15/06/2027	R\$ 14.490.000,00	Imóveis Fazenda Ibirapu
Brasil	330901159	11/04/2025	10/04/2030	R\$ 28.800.000,00	Matrícula 1029 e 1080
Banestes	2101569200	18/03/2021	15/03/2026	R\$ 10.000.000,00	Loja de Afonso Cláudio e Baixo Guandu
Sicoob Conexão	4043734	07/07/2025	15/05/2030	R\$ 25.095.362,38	Matrícula 8622
Bandes	74308-1	16/05/2016	15/04/2026	R\$ 1.000.000,00	Terreno Caldeirão
Bandes	74308-2	16/05/2016	15/04/2026	R\$ 800.000,00	Terreno Caldeirão
Bandes	76223-1	27/12/2016	15/11/2026	R\$ 774.795,00	Loja Santa Teresa
Bandes	83797-1	07/05/2021	25/03/2030	R\$ 3.492.997,00	Loja Santa Teresa e Pronova
Bandes	84816-1	13/04/2023	25/05/2029	R\$ 3.500.000,00	Terreno Caldeirão
BDMG	259893-18	09/05/2019	15/01/2026	R\$ 360.000,00	Silo metálico armazenador e Transportadora de canecas

Objetivando contrair créditos financeiros junto a instituições bancárias, a Cooperativa deu em garantia bens (Imóveis, terrenos e máquinas) de sua propriedade, que em 31/12/2025 estavam registrados no ativo imobilizado e nos estoques pelo montante total de R\$ 88.313.154,38.

Bens de arrendamento:

Os arrendamentos são originados de contratos de aluguel de estruturas físicas e veículos, para utilização direta nas atividades operacionais. Tomando por base a norma contábil que trata dos arrendamentos, os valores correspondentes foram registrados no ativo imobilizado em contrapartida das obrigações, e correspondem aos seguintes grupos de bens e vencimentos destacados:

Grupo	Circulante	Não Circulante	Total
Edifícios	4.695.446,18	14.262.438,35	18.957.884,53
Veículos	2.372.692,49	750.493,15	3.123.185,64
Maq. Equipamentos	500.788,52	1.078.262,84	1.579.051,36
Total	7.568.927,19	16.091.194,34	23.660.121,53
Vencimentos Edifícios			
	Circulante	Não Circulante	Total
2026	498.950,42	0,00	498.950,42
2027	844.364,76	344.604,74	1.188.969,50
2028	786.770,64	1.131.918,75	1.918.689,39
2029	516.432,72	1.228.291,50	1.744.724,22
2030	373.321,68	1.307.852,35	1.681.174,03
2031	371.409,00	1.687.449,78	2.058.858,78
2032	264.000,00	1.408.000,00	1.672.000,00
2033	490.669,20	3.025.404,84	3.516.074,04
2034	549.527,76	4.128.916,39	4.678.444,15
Total	4.695.446,18	14.262.438,35	18.957.884,53
Vencimentos Veículos			
	Circulante	Não Circulante	Total
2026	877.059,05	0,00	877.059,05
2027	1.402.690,44	592.573,9	1.995.264,34
2028	47.943,00	67.919,25	115.862,25
2029	45.000,00	90.000,00	135.000,00
Total	2.372.692,49	750.493,15	3.123.185,64
Vencimentos Maq. Equipamentos			
	Circulante	Não Circulante	Total
2027	98.788,52	21.762,84	120.551,36
2029	300.000,00	725.000,00	1.025.000,00
2030	102.000,00	331.500,00	433.500,00
Total	500.788,52	1.078.262,84	1.579.051,36
Total Geral	7.568.927,19	16.091.194,34	23.660.121,53

05.7 – Intangível

O ativo intangível corresponde ao valor pago pela aquisição de sistemas de informática, o qual está sendo amortizado a uma taxa anual de 20%.

Classe	Taxas Médias (%)	Valor Contábil 31/12/2024	Aquisições	Amortização	Baixas	Valor Contábil 31/12/2025
Intangível	20	2.260.941,94	219.256,87	-813.087,31	-5.229,53	1.661.881,97

05.8 – Bens Destinados à Venda

Em 2025 a administração decidiu em manter firme a intenção de venda de determinados bens que não se encontram em operação nas atividades da cooperativa. No quadro abaixo consta a indicação dos bens destinados à venda.

Descrição do Bem	Valor Contábil	Valor para Venda
Tanque CIP Inox Aisi 300 Litros	1.438,22	5.800,00
TRANSFORMADOR POTENCIA 112 KVA	1.289,23	2.100,00
CAIXA D' AGUA FIBRA DE VIDRO 12000 LT	1.036,55	1.800,00
PAINEL ELETRONICO DE COMANDO	5.608,84	7.500,00
BALANCA RODOV.80 TN C/NOTEBOOK CORE I5	10.111,70	13.100,00
TRANSPORTADOR DE CABO DE ACO	28.862,02	33.000,00
BOMBA SUBMERSA DO POCO ARTESIANO	196,00	300,00
CAMINHAO VW 24 280 C/ CARROCERIA 8,30M X 2,50M	240.000,00	270.000,00
VENDA SUPERMERCADO F60	994.199,95	1.000.000,00
VENDA SUPERMERCADO F74	365.300,74	370.000,00
Total	1.648.043,25	1.703.600,00

O montante listado nesta relação, se dá pela descontinuidade das operações de supermercado, portanto tais bens seguem em negociação para venda direcionada ao arrendatário do imóvel. Segue abaixo o comparativo 2024.

Descrição do Bem - 2024	Valor Contábil	Valor para Venda
Tanque CIP Inox Aisi 300 Litros	1.438,22	5.800,00
CAMINHAO VW 15 180	217.728,92	217.728,92
Total	219.167,14	223.528,92

05.9 – Obrigações com Associados

Contas	2025	2024
Associados fornec. ovos / cafe / lacteos	11.383.612,52	8.075.146,13
Sobras a distribuir	5.200.838,94	1.213.679,86
Produtos depositados de associados (A)	276.750.177,22	191.952.524,37
Notas promissórias a pagar	1.532.496,51	112.447,53
Lácteos armazenado	0,00	0,00
Capital a restituir (B)	682.120,33	601.858,05
Total Passivo Circulante	295.549.245,52	201.955.655,94
Capital a restituir	845.979,97	1.044.775,45
Total Passivo Não Circulante	845.979,97	1.044.775,45

(A) Produtos Depositados de Associados: obrigação da cooperativa com o produtor que possui café depositado, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Tipo	Quantidade em Sacas	Custo Médio p/ Sacas	Custo Total
Arábica	25.710,47	1.449,79	37.274.782,50
Conilon	199.048,62	1.203,10	239.475.394,72
Total	224.759,09		276.750.177,22

(B) Capital a restituir: obrigação da cooperativa em pagar os valores do capital social aos cooperados desligados por idade, pedido de demissão ou demissão, valores estes que serão restituídos de acordo com as condições estatutárias.

05.10 – Empréstimos e Financiamento

Modalidade	Encargos financeiros	Circulante	Não circulante	2025	2024
Financiamentos Especiais	CDI + 3 a 4,654 a.a	72.924.554,79	150.737.468,51	223.662.023,30	198.933.424,36
Crédito rural	PRE 6,5 a 14,5% a.a	203.711.886,54	23.068.106,01	226.779.992,55	192.429.689,78
		276.636.441,33	173.805.574,52	450.442.015,85	391.363.114,14

Vencimento por Ano	2025	2024
2025	0,00	292.845.638,83
2026	276.636.441,43	45.474.332,11
2027	76.928.366,74	28.792.734,33
2028	48.926.516,03	19.218.795,41
2029	33.198.879,92	3.871.136,86
2030	14.339.836,58	865.138,37
2031	411.975,15	295.338,23
Total	450.442.015,85	391.363.114,14

05.11 – Provisões para Contingências

Provisões	Saldos 2024	Constituição/ Complemento	Utilização/ Reversão	Saldos 2025
Trabalhista	2.349.389,43	547.039,96	174.357,48	2.722.071,91
Civil	1.365.754,41	0	0	1.365.754,41
Contingência Fiscal	5.580.398,74	1.697.357,40	141.520,68	7.136.235,46
Contingência Estadual	219.124,31	258.001,38	253.600,00	223.525,69
Contingência Federal	785.506,50	478.348,00	811.577,46	452.277,04
Contingência com INSS	2.622.804,13	202.950,25	0	2.825.754,38
Totais	12.922.977,52	3.183.696,99	1.381.055,62	14.725.618,89

A Cooperativa, no desenvolvimento normal de suas operações, está sujeita a certos riscos, representados por eventuais processos tributários, cíveis e reclamações trabalhistas.

Conforme o posicionamento dos seus assessores jurídicos, a provisão para contingência trabalhista foi constituída de forma estimativa em conformidade com os prognósticos emanados pela assessoria jurídica sobre cada processo, de modo que, os valores são considerados suficientes para suportar as prováveis perdas.

Considerando o critério adotado em relação aos rendimentos das aplicações financeiras e o pronunciamento da Receita Federal do Brasil em Nota do Cosit de número 33, de 19 de

março de 2012, a administração, em atendimento ao princípio da prudência, mantém e complementou em 2025 a provisão para a contingência fiscal para dar cobertura a economia fiscal gerada, caso venha a ser questionada pela Receita Federal.

05.12 – Resultado Financeiro

	2025	2024
Ingressos/Receitas Financeiras	52.854.886,51	35.685.163,04
- Juros ativos	6.220.291,08	6.279.107,15
- Rendimentos de aplicações financeiras	5.895.354,50	2.259.268,03
- Rendimento Fiagro FIDC	273.816,78	0,00
- Descontos obtidos	1.869.123,21	1.726.344,30
- Variações cambiais/ monetária	14.636.570,15	5.869.239,28
- Ajuste a Valor Presente	21.110.343,46	16.824.708,03
- Outras	2.849.387,33	2.726.496,25
Dispêndios/Despesas Financeiras	98.836.077,08	118.307.156,23
- Juros passivos	63.747.405,14	56.306.553,63
- Juros Fiagro FIDC	7.079.188,24	0
- Descontos concedidos	3.810.563,21	6.869.253,87
- Variação monetária passiva	15.507.951,18	48.078.983,62
- Controle café (padrão/ umidade/ peso)	55.584,06	686.146,24
- Custo Aplicação Financeira	5.538.088,11	2.246.241,62
- Outras	636.092,72	1.395.320,34
- Tarifas com abertura e manutenção empréstimos	2.461.204,42	2.724.656,91
Resultado Financeiro Líquido	-45.981.190,57	-82.621.993,19

Para efeitos de cálculo de EBITDA consideramos a demonstração abaixo:

	2025	2024
Resultado Líquido do Exercício	29.376.594,94	-2.125.478,77
(+) Provisão Contribuição Social	1.995.592,89	-1.018.451,24
(+) Provisão imposto de renda	735.656,13	-2.829.031,33
(+) Depreciação	20.293.465,70	17.683.126,96
(+) Juros e encargos financeiros não operacional	58.819.514,18	50.236.377,82
(+) Custo aplicação Financeira	5.538.088,11	2.246.241,62
(-) Rendimentos de aplicações financeiras	-6.169.171,28	-2.259.268,03
EBTIDA	110.589.740,67	61.933.517,03
(+) Total de empréstimos	450.442.015,85	417.634.383,22
(-) Disponibilidades	-157.228.958,73	-67.522.955,47
(-) Produtos acabados em estoques	-65.434.714,42	-63.698.673,00
Total Dívida Líquida	227.778.342,70	286.412.754,75
Proporção de endividamento	2,06	4,62

A tabela acima representa o cálculo da relação entre Ebitda e dívida líquida, seguindo as cláusulas pactuadas nos contratos de securitização de Certificados de Recebíveis do

Agronegócio (CRA). A linha produtos acabados em estoques contempla o cálculo de giro de estoques em 30 dias na data-base 31/12/2025.

05.13 – Imposto de Renda e Contribuição Social

	IRPJ	CSLL
Resultado antes do IR e da CS	32.107.843,96	32.107.843,96
Adições:	19.493.682,75	19.451.232,45
- Multas Punitivas	102.509,11	102.509,11
- Provisão p/CLD	1.560.230,80	1.560.230,80
- Brindes	139.735,51	139.735,51
- Gratificações Diretores	42.450,30	0
- Títulos Vencidos Não Liquidados	1.952.830,18	1.952.830,18
- Provisão Perdas Créditos ICMS	3.097.625,78	3.097.625,78
- Provisão Perdas PIS e COFINS	902.775,97	902.775,97
- Constituição de Provisões	6.000.314,38	6.000.314,38
- Despesas AVP com Terceiros	5.652.547,75	5.652.547,75
- Depreciação para Avaliação Patrimonial	42.662,97	42.662,97
Exclusões:	43.385.119,50	43.385.119,50
- Resultado Não Trib. Soc. Cooperativas	31.289.318,93	31.289.318,93
- Juros Selic	541.297,95	541.297,95
- Reversão Provisão P/ CLD	1.418.009,52	1.418.009,52
- Reversão de Provisão	3.047.063,24	3.047.063,24
- Receitas AVP c/ Terceiros	7.089.429,86	7.089.429,86
Base de Cálculo Ajustada	8.216.407,21	8.173.956,91
Valor do IRPJ e da CSLL	1.995.592,89	735.656,13

05.14 – Classificação dos Instrumentos Financeiros

Ativos	Empréstimos/ Recebíveis	Mantidos até o Vencimento	Total
Caixa e Equivalentes de Caixa	160.334.424,00		160.334.424,00
Valores a Receber de Cooperados e Clientes	267.832.174,63		267.832.174,63
Aplicações Financeiras		2.825.660,84	2.825.660,84
Outros Créditos	22.230.846,34		22.230.846,34
Soma	450.397.444,97	2.825.660,84	453.223.105,81

Passivos	Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado	Outros Passivos Financeiros	Total
Fornecedores		122.239.583,12	122.239.583,12
Obrigações com cooperados	276.750.177,22	14.444.209,33	291.194.386,55
Empréstimos e Financiamentos		450.442.015,85	450.442.015,85
Credores Diversos		878.473,07	878.473,07
Soma	276.750.177,22	588.004.281,37	864.754.458,59

05.15 - Adiantamento de Crédito à Exportação

O volume de ACC (Adiantamento de Crédito à Exportação) apresenta aumento nos últimos anos devido ao maior volume de exportações. Considerando que a linha de ACC é uma alternativa menos onerosa para captação de recurso financeiro, a Nater Coop opta sempre que possível usar essa linha. Com maior demanda por esse produto financeiro, os bancos também aumentaram nossos limites para ajustar ao nosso modelo comercial. Os bancos trabalhados são Banco do Brasil, Bradesco e Santander.

Composição de saldo	2025	2024
Banco	Valor	Valor
Brasil	22.967.227,73	18.257.448,71
Bradesco	35.409.294,49	0,00
Santander	1.825.901,25	0,00
Citibank	0,00	6.884.918,96
China Construction Bank - CCB	0,00	1.128.901,41
Total	60.202.423,47	26.271.269,08

05.16 - Obrigações vinculadas à antecipação de recebíveis

No exercício de 2025, a Nater descontinuou as operações de antecipação de títulos em decorrência de mudança na estratégia de gestão financeira. A partir desse período, aproximadamente 50% das vendas do ano-safra passaram a ter vencimento no exercício subsequente, sendo esses recebíveis direcionados para operações estruturadas por meio de FIDC, substituindo o modelo anteriormente adotado de antecipação de títulos.

05.17 – Dispêndios e Despesas Operacionais

NATUREZA DAS DESPESAS	2025			2024		
GASTOS COM PESSOAL	R\$	95.359.791,28	34%	R\$	83.453.799,29	35%
HEDGE	R\$	22.863.789,85	8%	R\$	9.205.148,85	4%
DEPRECIÇÃO	R\$	14.879.394,04	5%	R\$	12.526.149,77	5%
FRETES	R\$	42.913.459,62	15%	R\$	49.574.293,07	21%
QUEBRAS POR INVENTÁRIO	R\$	12.753.367,46	5%	R\$	7.963.729,51	3%
DEMAIS CONTAS	R\$	92.545.995,29	33%	R\$	74.521.508,80	31%
TOTAL	R\$	281.315.797,54	100%	R\$	237.244.629,29	100%

As despesas operacionais, reconhecidas pelo regime de competência conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, totalizaram R\$ 281.315.797,54 no exercício de 2025.

A estrutura de gastos da Cooperativa concentra-se majoritariamente em Gastos com Pessoal (34%) e Logística/Fretes (15%), refletindo a natureza de suas operações comerciais e de distribuição. O montante inclui, ainda, custos com estratégias de Hedge (8%) para mitigação de riscos de mercado, encargos de depreciação (5%) e quebras por

inventário (5%). As demais contas (33%) englobam os gastos administrativos e de vendas essenciais à gestão e manutenção da estrutura corporativa da Nater.

05.18 - Outros Ingressos/Receitas e Dispêndios/Despesas

NATUREZA DA RECEITA	2025		2024	
	Valor	%	Valor	%
CREDITOS RECUPERADOS SOCIOS/TERCEIROS	R\$960.464,79	7,13%	R\$868.323,21	2,15%
CREDITOS RECEBIDOS - NAO OPERACIONAL	R\$3.289.240,90	24,43%	R\$216.692,98	0,54%
REVERSAO DE PROVISAO IMPOSTOS A RECUPERAR	R\$2.581.015,67	19,17%	R\$19.249.087,09	47,75%
REVERSAO DE PROVISAO DE CONTINGENCIAS	R\$1.312.069,96	9,75%	R\$3.809.534,96	9,45%
REVERSAO DE PROVISÃO RESULTADOS COMERCIAIS	R\$823.142,58	6,11%	R\$7.491.954,22	18,58%
REVERSAO PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS	R\$2.595.910,51	19,28%	R\$1.800.343,04	4,47%
ALIENACAO IMOBILIZADO	R\$1.097.230,81	8,15%	R\$5.703.346,76	14,15%
DEMAIS RECEITAS	R\$802.507,21	5,96%	R\$1.175.965,75	2,92%
TOTAL	R\$13.461.582,43	100,00%	R\$40.315.248,01	100,00%

As Outras Receitas Operacionais totalizaram R\$ 13.461.582,43 no exercício de 2025, representando ingressos não decorrentes da atividade principal da Cooperativa. Este montante é composto majoritariamente pela reversão de provisões (54,3% do total), que somam R\$ 7.312.138,72, referentes à reavaliação técnica de riscos tributários, contingências e participações em resultados de exercícios anteriores que não resultaram em desembolso.

Adicionalmente, o saldo contempla a recuperação de créditos de sócios e não operacionais no valor de R\$ 4.249.705,69, anteriormente baixados como perda, além de ganhos líquidos na alienação de ativos imobilizados (R\$ 1.097.230,81) e demais receitas eventuais que, somadas, totalizam R\$ 802.507,21.

NOTA 06 – OUTRAS INFORMAÇÕES

06.1 – Natureza e Finalidade dos Fundos

06.1.1 - Fundo de Reserva – constituído com 15% das sobras das operações com os cooperados e destinado a reparar perdas imprevistas e atender ao desenvolvimento da Cooperativa, sendo indivisível entre o quadro social. Além do percentual das sobras se reverterá em favor do fundo de reserva os créditos não reclamados após 02 (dois) anos e auxílios e doações sem destinação específica.

06.1.2 - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – constituído de 5% das sobras das operações com os cooperados e 100% do resultado das operações com terceiros depois de descontados os impostos incidentes, sendo destinado à prestação de serviços de assistência técnica a associados e seus familiares, assim como aos empregados da própria cooperativa, sendo indivisível entre o quadro social.

06.1.3 - Fundo de Desenvolvimento – constituído de 50% das sobras das operações com cooperados e destinado ao custeio de investimentos em infraestrutura física, edificações, máquinas, equipamentos, veículos, tecnologia da informação, ampliação de filiais, gastos com manutenção de ativos, diversificação das atividades, premiações ou programas de

incentivo ao cooperado, bem como reparar perdas e danos ao patrimônio humano e físico, em decorrência de sinistros, e outros recursos indispensáveis ao desenvolvimento da Cooperativa.

O Fundo de Desenvolvimento terá sua vigência por tempo indeterminado e será gerido pelo Conselho de Administração, que poderá instituir outros normativos, de caráter administrativo, para regulamentar o dispêndio e aplicação dos seus recursos, sendo obrigatória a prestação de contas anual à Assembleia Geral.

06.1.4 - Sobras – as sobras líquidas reduzidas das destinações estatutárias apuradas no balanço serão rateadas entre os associados em partes diretamente proporcionais as operações de compras e vendas que realizaram no decorrer do exercício, da seguinte maneira:

I – 50% serão integralizadas ao capital social;

II – 50% serão distribuídas em forma de crédito para a compra de insumos, salvo em deliberação contrária da Assembleia Geral.

A) Caso o associado não faça a retirada do crédito, com o prazo de até dois anos consecutivos, ele retornará ao capital.

06.1.5 – Reserva de Subvenções para Investimentos – Esta reserva é constituída em conformidade com o Artigo 30 da Lei nº 12.973/2014 e com a Lei Complementar nº 160/2017, mediante a exclusão de incentivos fiscais de ICMS da base de cálculo do IRPJ e da CSLL. No exercício de 2023, a Cooperativa efetuou uma reclassificação patrimonial no montante de R\$ 8.747.000,96, referente ao levantamento retroativo dos benefícios fruídos no período de 2018 a 2022. Referido valor foi transferido do Fundo de Reserva para a conta de Reserva de Subvenções para Investimentos.

06.2 – Capital Social

O Capital Social Integralizado está representado pela participação de 24.467 associados, com participação individual variável, atingindo um montante de R\$ 40.266.569,11 dividido em quotas partes no valor unitário de R\$ 1,00 (um real).

06.3 – Seguros

Os Seguros contratados pela cooperativa, vigentes na data do balanço são:

Seguradoras	Vigência		Bens Segurados	Coberturas
	Início	Término		
Veículos				
Tokio Marine	13/08/2025	13/08/2026	Seguro veículos	630.000
Seguro Empresarial				
Newe Seguros	01/01/2025	31/01/2026	Garantia Energia	7.059,59
Tokio Marine Seguradora	13/02/2025	13/02/2026	Posto Vibra SMJ	3.050.000,00
Swiss Re Corporate Solutions	01/07/2025	01/07/2026	Condomínio Avicultura	4.000.000,00
Mapfre Seguros Gerais S/A	01/07/2025	01/07/2026	Granja Recria	3.052.000,00
Sura Seguros	25/06/2025	25/06/2026	Negócio Ovo	4.950.000,00
Mapfre Seguros Gerais S/A	12/07/2025	12/07/2026	CD Ibraçu	51.450.000,00

HDI Seguros	01/08/2025	01/08/2026	Posto de Combustível Veneza	3.650.000,00
Bradesco Auto-RE	06/08/2025	06/08/2026	Negócio Ovo	330.000,00
Allianz Empresa – PME	03/11/2025	03/11/2026	Posto de Combustível Pinheiros	1.480.000,00
Porto Seguro	04/10/2025	04/10/2026	Posto de Combustível Itarana	2.270.000,00
Chubb Seguros Brasil S.A	20/11/2025	20/11/2026	Imóveis diversos	40.210.000,00
Porto Seguro	21/12/2025	21/12/2026	Posto Santa Maria	8.207.500,00
Seguro de Equipamentos				
Sompo Seguros	28/08/2025	28/08/2026	Chiller p refrig. água/Equip. past. de leite	234.063,00
Bradesco Seguros	06/08/2025	06/08/2026	Máquina quebradora de ovos	438.000,00
HDI Seguros	17/07/2025	17/07/2026	Máquina Termoformadora, envasadora	2.352.256,00
Seguro De Vida				
Porto Seguro	31/08/2025	31/08/2026	Seguro de vida	116.028.000,00

A política de seguros considera principalmente a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores especializados na área.

06.4 – Análise e Gestão de Riscos

06.4.1 – Crédito ou de Concentração

Os riscos de crédito são medidos pela presença de situações potenciais que possam impactar negativamente no resultado e na situação patrimonial e financeira como consequência da falta de realização dos créditos registrados no ativo, normalmente denominados instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros que potencialmente poderiam sujeitar a cooperativa a risco de crédito ou de concentração referem-se a saldos em bancos, créditos com cooperados e clientes, no entanto os saldos encontram-se distribuídos de tal forma que nenhum banco, Cooperado ou cliente detenha individualmente valor superior a 10% do seu respectivo grupo de contas, exceto em relação a:

Classe de Crédito:	Valor	%
Caixa e equivalentes de caixa	157.228.958,73	100%
Sicoob	54.862.619,43	35%
Itaú	23.515.986,01	15%
Brasil	21.017.664,92	13%
SICREDI	20.196.662,70	13%
SANTANDER	17.481.648,32	11%

A cooperativa adota política de negociar com pessoas físicas e jurídicas que detenham capacidade de crédito e de obter garantias suficientes, quando considerado necessário, para mitigar os riscos de perdas financeiras por motivo de inadimplência.

Em face aos riscos inerentes a atividade do setor primário a que estão expostos os cooperados existe risco permanente de inadimplência diante da ocorrência de uma frustração de safra, no entanto, por conta desse risco, a administração procura manter posição patrimonial e financeira apropriada para suportar esse tipo de ocorrência, normalmente administrada através de prorrogações dos prazos de vencimento.

As regras de limite de crédito são estabelecidas e aprovadas por um Comitê de Crédito, a quem também compete deliberar sobre situações individuais e eventuais em que o crédito precisa ser estendido além do limite normal previamente estabelecido.

Conforme divulgado na nota que trata das práticas contábeis é constituída estimativa para perdas de créditos que minimiza possíveis efeitos da ocorrência dos riscos de crédito sobre o conjunto das demonstrações contábeis.

06.4.2 –Liquidez

O risco de liquidez é medido pela capacidade da cooperativa cumprir com suas obrigações de curto, médio e longo prazo, tendo presente a sua estrutura de reservas financeiras, de ativos e linhas de créditos disponíveis para captação de novos recursos e, principalmente, seus fluxos de caixa.

As principais obrigações da cooperativa concentram-se, em ordem de relevância, com agentes financeiros, os próprios cooperados e fornecedores.

O gerenciamento do risco de liquidez é de responsabilidade da administração, que delibera pela realização de novos investimentos e a contratação de recursos no mercado financeiro mediante autorização anual da assembleia geral dos sócios.

Na data base das demonstrações contábeis o índice de liquidez corrente e liquidez geral eram de 1,13 (1,01 em 2024) e 0,97 (0,96 em 2024), respectivamente, não havendo indicativos de falta de capacidade de liquidação das obrigações existentes, sejam de curto, médio ou longo prazo.

06.4.3 – Riscos da Atividade

A principal atividade desenvolvida pela cooperativa possui relação com a produção agrícola desenvolvida pelo seu quadro social, em que a Cooperativa fornece insumos, recebe a produção de café, ovos, pimenta do reino e leite dos cooperados, beneficiando e industrializando os mesmos, além de armazenar e comercializar tais itens. Entre os principais riscos inerentes a essa atividade está o fator climático, que pode afetar de forma significativa os volumes de produção, com reflexos sobre as projeções orçamentárias de receitas e margens de comercialização e eventualmente, a depender dos compromissos existentes entre as partes, refletir nos riscos de crédito junto aos produtores.

Por outro lado, existe também o risco de crédito na comercialização da cooperativa com seus clientes do Varejo e indústrias nacionais e internacionais, gerado pela comercialização dos produtos beneficiados e industrializados pela cooperativa.

As políticas governamentais e oscilações na cotação das moedas e preços de commodities também são fatores significativos a serem considerados na análise dos riscos inerentes a atividade.

06.4.3.1 –Variações de Preços:

A atividade está sujeita a variações de preços das commodities as quais se constituem objetos sociais da cooperativa, especialmente na comercialização de café. No quadro

abaixo está a quantidade em sacas exposta a risco de variações de preços, assumida pela administração. Conforme apresentado, existe uma posição comprada e a considerar pelas expectativas de preços para 2025, as operações tendem a gerar resultados positivos.

Cafés	Saldo Físico nos Armazéns	Em Terceiros	Depósitos de Produtores	Compra Antecipada a Receber	Venda Futura a Cumprir	Quantidade Exposta a Risco
Arábica	28.104,02	2.659,26	25.710,47	2.231	4.329	2.954,81
Conilon	170.300,33	38.678,14	199.048,62	14.736	20.589	4.076,85
Total	198.404,35	41.337,40	224.759,09	16.967	24.918	7.031,66

06.4.3.2 – Taxas de juros

Não existem passivos sujeitos a oscilações relevantes de preços que possam vir a afetar o nível de endividamento e o resultado da entidade. As operações bancárias (financiamentos) estão indexadas a taxas fixas que oscilam entre 4,09% e 19,81% ao ano, perfazendo uma taxa média ponderada de 16,4% ao ano.

06.4.3.3 – Taxas de câmbio

Na data do balanço a cooperativa possuía créditos a receber oriundos de operações de exportação de café e pimenta indexadas em dólar dos EUA, em contrapartida foram contratadas operações de trava cambial em volumes compatíveis que oferecem proteção aos riscos de variação cambial.

06.5 – Demonstrativo Social

As informações de natureza social, identificadas como relatório social, não fazem parte das demonstrações contábeis e não foram auditadas.

06.6 – Partes Relacionadas

As partes relacionadas compreendem a Diretoria Executiva e Conselheiros de Administração, relacionados abaixo, cujas atribuições, poderes e funcionamento são definidos no Estatuto Social da Cooperativa. Os diretores são os representantes legais, responsáveis, principalmente, pela sua administração no aspecto operacional, já o Conselho de Administração é responsável pelo desenvolvimento das políticas e diretrizes gerais. São eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de 4 anos, sendo obrigatória a renovação de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos membros.

Os direitos e deveres da Diretoria Executiva e Conselheiros de Administração são os mesmos estabelecidos aos demais associados, bem como, não há, em hipótese alguma, tratamento diferenciado aos mesmos, os quais seguem as políticas e diretrizes definidas para a sociedade.

As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto normal das atividades operacionais e apresentaram as seguintes movimentações no decorrer do exercício de 2025:

Natureza da Operação	Valores em R\$
Remuneração	1.831.364,00
Operações de compra	4.853.327,25
Operações de venda	3.804.100,64
Quota capital	117.937,61
Saldo contas a receber	474.250,27
Saldo contas a pagar	348.961,94

06.7 – Operações Descontinuadas

A Nater Coop realiza, de forma contínua, análises estratégicas que visam garantir a sustentabilidade e o fortalecimento da cooperativa no longo prazo. Foi com essa visão que, há cinco anos, ingressamos no segmento de supermercados, em cidades com menos de cem mil habitantes, onde não havia penetração significativa de grandes redes ou atacarejos.

Durante este período, observamos uma mudança drástica no mercado, com a expansão destes grandes players para o interior, com um vetor de crescimento muito agressivo. Desta forma, a Nater Coop decidiu reposicionar sua estratégia, deixando essa atividade para concentrar esforços no nosso core business, com foco no agronegócio e em negócios com maior sinergia com esse setor.

Na Unidade de Bens de Consumo, a prioridade passa a ser a operação dos postos de revenda de combustíveis e lojas de conveniência, atividades mais alinhadas ao posicionamento estratégico da cooperativa.

Conforme apurado em 2025, o registro dos itens relacionados a descontinuidade da operação, produziram os seguintes efeitos no resultado:

Efeitos no Resultado	
Descrição	Valor
Fundo de Comércio	R\$ 2.000.000,00
Ajuste de Inventário	-R\$ 1.689.889,14
Aluguéis e Multas	-R\$ 354.817,75
Baixas de Benfeitorias	-R\$ 201.411,91
Resultado Líquido	-R\$ 246.118,80

No exercício de 2025, a Cooperativa procedeu à reclassificação de bens imóveis do Ativo Imobilizado para o grupo de Propriedades para Investimento, no montante de R\$ 2.212.715,31, em conformidade com as diretrizes da NBC TG 28, devido à alteração de sua destinação operacional. Adicionalmente, os demais bens identificados para alienação foram transferidos para o grupo de Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda, conforme os critérios da NBC TG 31 detalhados na Nota Explicativa 05.8. Em razão da imaterialidade dos impactos financeiros dessas movimentações na Demonstração do Resultado (DSP) consolidada, a Administração optou pela não segregação das operações em linhas

específicas, dada a ausência de relevância significativa no contexto global das demonstrações do grupo.

06.8 – Eventos Subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes entre a data de encerramento do exercício social e de divulgação das demonstrações contábeis (23/02/2026) que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira.

Santa Maria de Jetibá/ES, 31 de dezembro de 2025.

denilson.potratz@nater.coop.br

D4Sign
 Denilson Potratz
Assinado


Denilson Potratz
Presidente

ederson.iacob@nater.coop.br

D4Sign
 Ederson Jacob
Assinado

Ederson Jacob
Vice-presidente

juliana.moreira@nater.coop.br

D4Sign
 Juliana Moreira
Assinado

Juliana Moreira
Contadora CRC/ES 015396/O-4

Aos
Diretores, Conselheiros e Cooperados da
Cooperativa Agropecuária Centro Serrana – NATER COOP
Santa Maria de Jetibá – ES

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **Cooperativa Agropecuária Centro Serrana – NATER COOP**, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas Demonstrações de Sobras ou Perdas, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Cooperativa Agropecuária Centro Serrana – NATER COOP** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme descrito na Nota Explicativa 05.4, a Cooperativa mantém em seus estoques de 31 de dezembro de 2025 o montante de R\$ 319.450.816,51 composto por café em grãos. Embora os procedimentos de inventário físico tenham sido realizados de forma satisfatória confirmando as quantidades existentes, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre a valoração contábil desses estoques. Isso decorre de limitações técnicas na classificação qualitativa dos lotes e na aplicação consistente dos critérios de valor justo e valor realizável líquido, conforme exigido pela ITG 2004 e pela NBC TG 16.

A administração está trabalhando para identificar e esclarecer a respeito das situações que foram objeto de nossos questionamentos, entretanto, trata-se de um processo de elevada complexidade operacional e técnica, que não pôde ser concluído até a data deste relatório. Diante da ausência de elementos conclusivos, não foi possível determinar, de forma razoável, o valor dos estoques de café, tampouco os efeitos que eventuais ajustes poderiam produzir sobre o resultado e o patrimônio líquido do exercício. Assim, pode haver necessidade de ajustes no valor destes estoques na data de 31 de dezembro de 2025, a serem efetuados quando as análises conduzidas pela administração forem concluídas.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Recuperabilidade dos Créditos a Receber:

A concessão de crédito a clientes e cooperados é parte essencial dos negócios da cooperativa e segue as diretrizes estabelecidas pela administração. Além disso, o volume de créditos a receber é um componente relevante das demonstrações contábeis e, devido ao risco de inadimplência e a complexidade de mensurar a estimativa de perdas, consideramos esse tema um dos principais assuntos de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:

- Avaliamos o sistema de controle interno adotado para a concessão de crédito e cobrança e os níveis de inadimplência, e ainda confirmamos que os critérios adotados para mensurar a estimativa de perda foram os divulgados na Nota Explicativa 04.4;
- Ao final do exercício, testamos o cálculo mediante aplicação dos referidos critérios adotados pela administração sobre a totalidade da carteira de recebíveis, assegurando que a estimativa de perda contabilizada está em conformidade com o critério divulgado; e
- Em complemento, desenvolvemos análises sobre a carteira integral de recebíveis constatando que a estimativa de perdas registrada se apresenta adequada e suficiente para oferecer cobertura a todos os créditos com maior risco de recuperabilidade, o qual foi determinado de acordo com dados históricos da Cooperativa.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o saldo da estimativa de perdas para créditos e as divulgações relacionadas, estão adequados para as demonstrações contábeis na referida data base.

Estoques e Operações com Café:

Um dos objetivos sociais da cooperativa é receber a produção agrícola dos seus associados e de terceiros para os fins de beneficiamento, classificação, armazenagem e comercialização. Essas operações têm impacto significativo em suas demonstrações contábeis, e requerem a manutenção de sistema de controles internos adequados, adoção de procedimentos para sua quantificação física e técnicas de mensuração, especialmente quando a cooperativa possui posições compradas ou vendidas, que a submetem a riscos de variações de preços.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:

- Realizamos o mapeamento dos riscos dessa atividade e analisamos o sistema de controle interno adotado para mitigar os riscos vinculados as operações de recebimento, fixação, venda e expedição. Avaliamos os referidos controles e concluímos quanto sua eficácia;
- Para os fins de validação da existência física, analisamos os procedimentos adotados pela administração para conferência das quantidades físicas armazenadas e a forma de reconhecimento de eventuais sobras ou faltas físicas. Em data próxima a de encerramento

do exercício aplicamos, por amostragem, testes de conferência física dos produtos armazenados;

- Para os fins de avaliação dos níveis de exposição aos riscos de variações de preços, analisamos, na data de 31 de dezembro de 2025, os direitos e as obrigações indexados em físico de produto agrícola que compõe a posição comercial dos principais produtos comercializados pela cooperativa. Examinamos os registros provenientes da adoção do Hedge Accounting divulgados na nota explicativa 04.26, os quais concluímos que estão em conformidade com as normas de contabilidade que tratam da matéria, mais especificamente NBC TG 48, 39(R5), 40(R3) todas do CFC;
- Confirmamos que os valores atribuídos aos produtos depositados a fixar, estão em conformidade com as normas contábeis, mais especificamente a ITG 2004 do CFC.
- No que tange à mensuração, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para validar o valor contábil dos estoques de café em grãos. Por esse motivo apresentamos a modificação de opinião descrita no parágrafo “Base para opinião com ressalva”.

Impostos a recuperar:

Conforme divulgado na nota explicativa 05.3, a Cooperativa possui registrado impostos a recuperar estaduais e federais em montantes relevantes, para os quais frequentemente reavalia as perspectivas de realização. Em razão da complexidade da legislação tributária que rege a escrituração, manutenção e recuperação destes tributos, bem como que a recuperação de alguns depende da homologação dos próprios órgãos de fiscalização (receita federal e receitas estaduais) e ainda decisões judiciais, consideramos esse um dos principais assuntos de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:

- Verificamos os procedimentos e controles no sentido de entender e avaliar suas rotinas e as bases de recuperação dos créditos tributários estaduais e federais;
- Avaliamos as perspectivas de realização em face aos posicionamentos e despachos da Receita Federal do Brasil em relação aos pedidos de ressarcimento do Pis e da Cofins, que até o presente momento já foram apreciados. Os despachos da Receita Federal do Brasil têm sido favoráveis, com algumas glosas, as quais a Cooperativa discute administrativa ou judicialmente, mas possui estimativas de perda para cobertura do valor total das glosas;
- Avaliamos o parecer técnico dos consultores que assessoram o processo de apuração, declaração, recuperação e, quando necessário, judicialização de ações que visam a realização dos respectivos créditos tributários. Verificamos que o parecer técnico possui fundamentação e que registros contábeis seguem as orientações do respectivo parecer;
- Revisão da adequada divulgação realizada nas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o saldo dos tributos a recuperar e as divulgações relacionadas estão adequadas para as demonstrações contábeis na referida data base.



Outros Assuntos

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins de comparabilidade, foram por nós auditadas e o relatório de opinião emitido em 05 de março de 2025, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e apurar se existe inconsistência relevante com as demonstrações contábeis ou, com base no conhecimento obtido na auditoria, aparenta estar distorcido de forma relevante, e comunicar esses fatos em nosso relatório. Nenhuma informação adicional ao conjunto das demonstrações contábeis foi submetida a nossa apreciação para fins de manifestação.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- a) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- b) Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- c) Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- d) Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- e) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Nos comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

fioravante@dickelemaffi.com.br

D4Sign
Assinado
Fioravante Luiz Cominetti

Porto Alegre/RS, 13 de março de 2026.

Fioravante Luiz Cominetti – Responsável Técnico
Contador CRC/RS 089213/O-9

DICKEL & MAFFI – AUDITORIA E CONSULTORIA S/S.
CRC/RS 3.025/O-0

NATERCOOP 2025 - Demonstrativos Contábeis NE RO pdf

Código do documento ef35be55-9c93-4253-b9ce-7af30757ea14



Assinaturas



Denilson Potratz
denilson.potratz@nater.coop.br
Assinou

Denilson Potratz



Ederson Jacob
ederson.jacob@nater.coop.br
Assinou

Ederson Jacob



Juliana Moreira
juliana.moreira@nater.coop.br
Assinou

Juliana Moreira



Fioravante Luiz Cominetti
fioravante@dickelemaffi.com.br
Assinou

Fioravante Luiz Cominetti

Eventos do documento

23 Mar 2026, 11:24:05

Documento ef35be55-9c93-4253-b9ce-7af30757ea14 **criado** por SUELI RUTZATZ NEUMANN (9884bb76-fb27-4a6c-92ab-58358768db4c). Email:sueli.neumann@nater.coop.br. - DATE_ATOM: 2026-03-23T11:24:05-03:00

23 Mar 2026, 11:28:38

Assinaturas **iniciadas** por SUELI RUTZATZ NEUMANN (9884bb76-fb27-4a6c-92ab-58358768db4c). Email:sueli.neumann@nater.coop.br. - DATE_ATOM: 2026-03-23T11:28:38-03:00

23 Mar 2026, 11:29:35

JULIANA MOREIRA **Assinou** (edaf88ce-47d3-4df1-8bdc-4c26a729e62b) - Email: juliana.moreira@nater.coop.br - IP: 177.71.34.110 (host-177-71-34-110.grupolima.net.br porta: 38682) - Documento de identificação informado: 097.073.267-86 - DATE_ATOM: 2026-03-23T11:29:35-03:00

23 Mar 2026, 11:31:03

FIORAVANTE LUIZ COMINETTI **Assinou** - Email: fioravante@dickelemaffi.com.br - IP: 200.53.23.33 (200-53-23-33.acessoline.net.br porta: 13446) - **Geolocalização: -27.095693553005464 -52.63793137761694** - Documento de identificação informado: 060.761.939-21 - DATE_ATOM: 2026-03-23T11:31:03-03:00

23 Mar 2026, 11:49:46

DENILSON POTRATZ **Assinou** (a12d19ca-bdf5-4764-9110-17e2c066430f) - Email: denilson.potratz@nater.coop.br -

IP: 179.102.131.193 (179-102-131-193.user.vivozap.com.br porta: 54706) - **Geolocalização: -20.3482775 -40.3820097** - Documento de identificação informado: 880.720.377-49 - DATE_ATOM: 2026-03-23T11:49:46-03:00

23 Mar 2026, 12:35:40

EDERSON JACOB **Assinou** (9d00be80-4906-4f4f-8c66-ff003d5ea518) - Email: ederson.jacob@nater.coop.br - IP: 177.221.231.124 (host-177-221-231-124.grupolima.net.br porta: 57820) - **Geolocalização: -20.0016733 -40.7375288** - Documento de identificação informado: 024.499.247-95 - DATE_ATOM: 2026-03-23T12:35:40-03:00

Hash do documento original

(SHA256):b08be8ac6df27d7c4b9b88cbd80d502c7828c0e65caac97fb6ab0d8ac6b37b5c

(SHA512):a2f3abbd3f16c0363e77302f5dc2a9ad48f0d8409a4634474f9b0737249fc2d6135adf7754b9cc9fb4e254eff1c7ef2fe285925a002de491c9b3e785cf88467b

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.